



# GUINÉ-BISSAU

## TEMAS SELECIONADOS

agosto 2015

Este documento sobre a Guiné-Bissau foi preparado por uma equipa de técnicos do Fundo Monetário Internacional como documentação de base para a consulta periódica com o país membro. É com base nas informações disponíveis no momento em que foi concluída em 24 de junho de 2015.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com

International Monetary Fund • Publication Services

PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090

Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201

E-mail: [publications@imf.org](mailto:publications@imf.org) Web: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C.**



# GUINÉ-BISSAU

## TEMAS SELECIONADOS

24 de junho de 2015

Aprovado por  
**Departamento Africano**

Preparado por Tito Nicias Teixeira da Silva Filho, Felix Fischer, Stefan Klos, e Monique Newiak, com a assistência de Fernando Morán Arce e Sandrine Ourigou (todos do AFR).

## SUMÁRIO

### OS CUSTOS DA FRAGILIDADE NA GUINÉ-BISSAU: INSTABILIDADE POLÍTICA

<b>CRÓNICA</b>	<b>4</b>
A. Introdução	4
B. Fragilidade e Conflito	5
C. Instabilidade Política Crónica e Fragilidade	7
D. Instabilidade Política Crónica: Principais Canais de Transmissão	10
E. O Custo da Instabilidade Política Crónica	12
F. Conclusão	13

### FIGURAS

1. Um Perfil Gráfico da Instabilidade Política Sistémica	5
2. Instabilidade Política Crónica na Guiné-Bissau	6
3. A Fragilidade Prejudicou Gravemente o Desenvolvimento Social na Guiné-Bissau	9
4. Instabilidade Política Crónica e Crescimento do PIB Per Capita	10
5. Instabilidade Política Crónica e Fragilidade: Canais de Transmissão	11
6. PIB Per Capita (Preços Constantes; 1990 = 100)	12

### TABELA

1. Estimativas do Custo da Instabilidade Política Crónica para o PIB Per Capita no período de 2000–2013	13
---	----

<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>15</b>
--------------------	-----------

<b>AVALIAÇÃO DA ESTABILIDADE EXTERNA</b>	<b>16</b>
--	-----------

A. Desenvolvimentos Económicos Recentes e Perspetivas	16
B. Avaliação da Sustentabilidade Externa	17
C. Competitividade não Relacionada com os Preços	19

D. Conclusões	19
<b>FIGURAS</b>	
1. Desenvolvimentos Externos Recentes	20
2. Perspetivas Externas	21
3. Avaliação da Estabilidade Externa	22
4. Realizar Negócios e Acesso à Infraestrutura de Comunicação	23
5. Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais	24
<b>ESTABILIDADE, INCLUSÃO, E APROFUNDAMENTO FINANCEIROS</b>	<b>25</b>
A. Estabilidade do Sector Financeiro	25
B. Profundidade do Crédito ao Sector Privado	28
C. Acesso aos Serviços Financeiros	31
D. Conclusões	37
<b>CAIXAS</b>	
1. Expandir os Pagamentos Móveis: Experiência do M-Pesa no Quênia	35
2. Componentes de um Quadro de Supervisão de Pagamentos Móveis	36
<b>FIGURAS</b>	
1. Indicadores de Solidez Financeira	27
2. Conformidade com as Principais Normas Prudenciais, junho de 2014	28
3. Crescimento do Sector Privado e Intermediação Financeira	29
4. Crédito Efetivo e Implícito ao Sector Privado	30
5. Fatores que Colmatam a Hiato Financeira	30
6. Acesso aos Serviços Financeiros	32
7. Acesso das Empresas aos Serviços Financeiros	33
8. Custo do Crédito na Guiné-Bissau	34
9. O Potencial dos Pagamentos Móveis	35
10. Facilidade de Fazer Negócios ( <i>Doing Business</i> )	37
<b>TABELA</b>	
1. Determinantes dos Hiatos de Inclusão Financeira, 2004-2013	30
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>39</b>
<b>DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA</b>	<b>40</b>
A. Crescimento, Volatilidade e Produtividade	40
B. Tendências Recentes na Estrutura da Produção e das Exportações	42
C. Fomentar a Diversificação Económica na Guiné-Bissau	46
D. Conclusões	49

**CAIXAS**

1. Diversificação e Qualidade das Exportações \_\_\_\_\_ 44
2. Reformas que Fomentam a Transformação Estrutural \_\_\_\_\_ 47

**FIGURAS**

1. Crescimento Real \_\_\_\_\_ 40
2. Impulsionadores do Crescimento Económico \_\_\_\_\_ 41
3. Diversificação da Produção \_\_\_\_\_ 42
4. Diversificação do Produto e Parceiros de Exportação \_\_\_\_\_ 45
5. Qualidade das Exportações \_\_\_\_\_ 46

- REFERÊNCIAS** \_\_\_\_\_ **50**

# OS CUSTOS DA FRAGILIDADE NA GUINÉ-BISSAU: INSTABILIDADE POLÍTICA CRÓNICA<sup>1</sup>

*A Guiné-Bissau é um dos países mais frágeis do mundo. Subjacente à sua fragilidade há uma história de instabilidade política crónica na sua forma mais extrema: quebras recorrentes da ordem constitucional através de golpes de Estado. Esta nota visa identificar alguns dos principais canais de transmissão pelos quais a instabilidade política alimenta e fomenta a fragilidade, e oferece uma estimativa do “hiato de fragilidade” que assombra a sociedade Bissau-Guineense.*

## A. Introdução

**1. Embora os especialistas concordem que a fragilidade prejudica as perspetivas de crescimento e desenvolvimento, a sua definição não é simples.** Fragilidade é um conceito difícil de ser definido, principalmente pela sua natureza multidimensional. Por exemplo, um país *pode* ser frágil devido à sua dimensão (e.g. uma pequena ilha), situação geográfica pouco privilegiada (e.g. sujeita a terremotos ou furacões), estrutura da sua economia (e.g. pouca diversificação), baixo nível educacional dos seus habitantes, infraestrutura e serviços públicos deficientes, instituições fracas, conflitos internos, etc. De acordo com Naudé e McGillivray (2011), as principais causas de fragilidade de um Estado são conflitos, baixo nível de desenvolvimento, vulnerabilidade e ausência de um estado de desenvolvimento. Além disso, a importância de cada fator varia ao longo do tempo para um determinado país e entre países, e muitos podem agir ao mesmo tempo. De maneiraimais importante, embora alguns fatores requeiram muito tempo para serem enfrentados ou superados, outros, em princípio, podem ter uma resolução mais rápida. Apesar da diversidade de conceitos de fragilidade, todos levam à mesma conclusão: a fragilidade prejudica as perspetivas de crescimento e de desenvolvimento.

**2. Para combater a fragilidade na Guiné-Bissau é útil analisar tanto as suas causas como os seus custos.** A Guiné-Bissau é um dos países mais frágeis do mundo. Em consequência, praticamente não tem progredido nas últimas décadas, sobretudo quando comparado aos seus pares. Para que um país frágil consiga ultrapassar esta situação é fundamental identificar não apenas as principais causas subjacentes à sua fragilidade, mas também avaliar os seus custos. Os últimos podem ser vistos como o custo de oportunidade para uma reforma do sector da segurança mal sucedida.

**3. Este documento argumenta que, até agora, devido à instabilidade política crónica, a Guiné-Bissau tem estado presa a uma onerosa armadilha de fragilidade.** Este documento analítico considera que o principal fator subjacente à fragilidade da Guiné-Bissau tem sido a

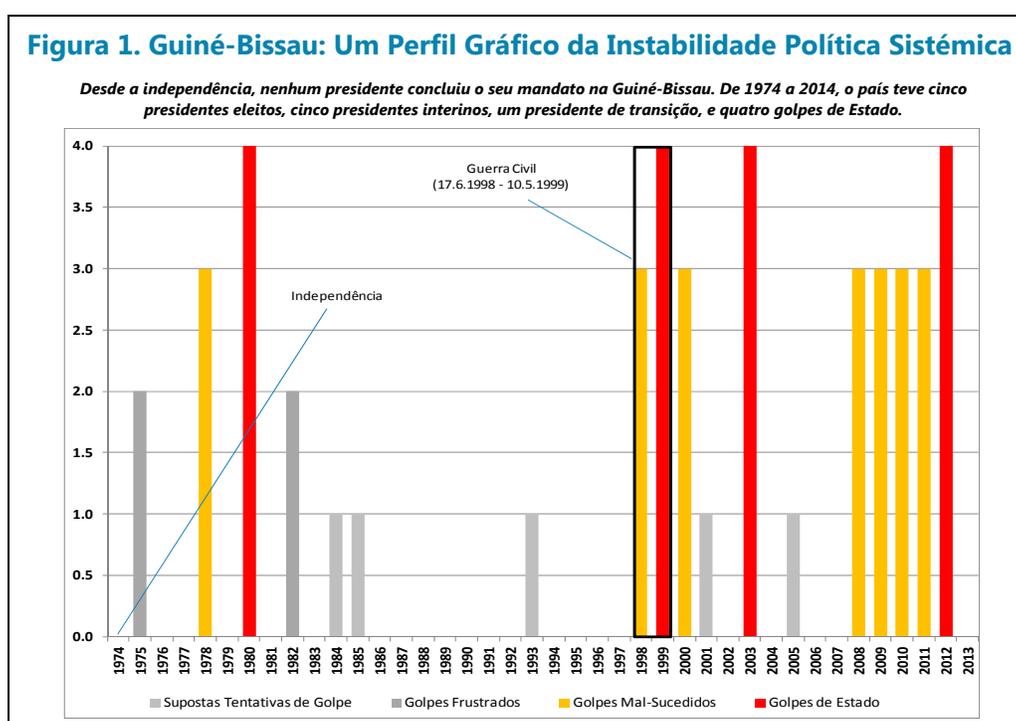
---

<sup>1</sup> Esta nota foi preparada por Tito Nicias Teixeira da Silva Filho.

instabilidade política crónica. Ele também revela alguns dos principais canais de transmissão da instabilidade política à fragilidade e apresenta estimativas simples sobre o custo da instabilidade.

## B. Fragilidade e Conflito

4. **A literatura sobre as causas e os custos da fragilidade tem dado atenção especial ao conflito violento como uma de suas principais causas.** A maioria da literatura foca nos custos de conflitos violentos, normalmente, guerras civis. Sem dúvida, as consequências negativas dos conflitos violentos são, evidentes, seja na destruição de capital físico ou na perda de inúmeras vidas. A esse respeito, Abadie e Gardezabal (2003) estimaram os custos do terrorismo no País Basco e concluíram que, ao longo de 30 anos, o PIB per capita da região poderia ser 10 por cento superior. Lopez e Wodon (2005) concluíram que, caso o genocídio de 1994 não tivesse ocorrido, o PIB do Ruanda (em 2001) poderia ter sido 25 por cento superior. Collier (1999) estimou que, em média, a taxa anual de crescimento da economia diminuiu cerca de 2,2 por cento durante os conflitos civis. Além disso, Bigombe *et al.* (2000) concluíram que, na África, existe uma probabilidade de 50 por cento de recorrência de conflito civil nos dez anos após a paz ser alcançada. Por seu lado, Akkaya *et al.* (2011) estimaram os custos monetários para a Palestina decorrentes do longo conflito israelo-palestiniano e concluíram que eram muito significativos.



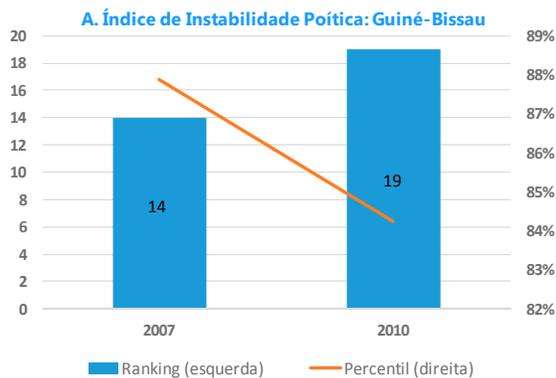
5. **Contudo, existe outro tipo de conflito – muitas vezes sem envolver qualquer perda de vidas – que também impõe custos elevados sobre a economia e o tecido social de um país.** Esse tipo de conflito decorre da instabilidade política nas suas formas mais extremas: um golpe de Estado. Os seus custos não são tão explícitos como aqueles oriundos de conflitos violentos prolongados, mesmo assim constituem-se em poderoso entrave ao crescimento. Ele se destaca por

três principais razões. Primeiro, à semelhança das guerras civis, os golpes de Estado são eventos discretos que podem causar importantes retrocessos nas perspectivas de crescimento e desenvolvimento. Segundo, ao contrário das guerras civis, os seus verdadeiros custos não são óbvios para a população em geral, o que torna mais difícil para a sociedade criar uma tecnologia social eficaz (ou consenso) para os evitar. Terceiro, apesar disso, como as guerras civis, a instabilidade política crónica está sujeita a paradas súbitas caso surja uma compreensão interna abrangente sobre os seus efeitos nocivos.

**6. A instabilidade política crónica tem sido uma característica da sociedade da Guiné-Bissau (Figura 1).** Um obstáculo importante subjacente à fragilidade, a instabilidade política crónica, pode, em princípio, ser superada não no período de uma geração mas em período de tempo muito mais curto. Infelizmente, apesar dessa possibilidade teórica, a análise realizada por Bigombe *et al.* (2000) relativa à elevada probabilidade de recorrência de guerras civis também se provou válida para golpes de Estado. De facto, pelo menos no caso da Guiné-Bissau, os golpes de Estado e tentativas de romper a ordem constitucional têm sido omnipresentes.

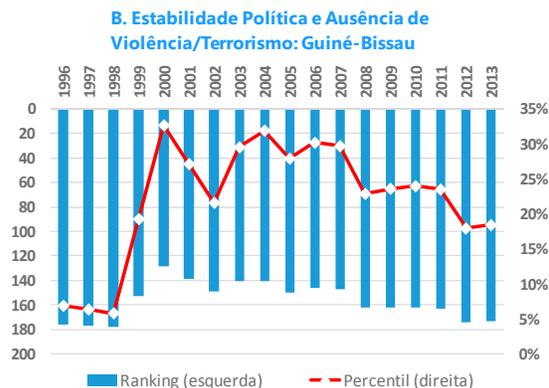
**Figura 2. Instabilidade Política Crónica na Guiné-Bissau**

Antes do golpe de 2012, a Guiné-Bissau já era classificada entre os países cujos governos eram mais vulneráveis a instabilidade social e política.



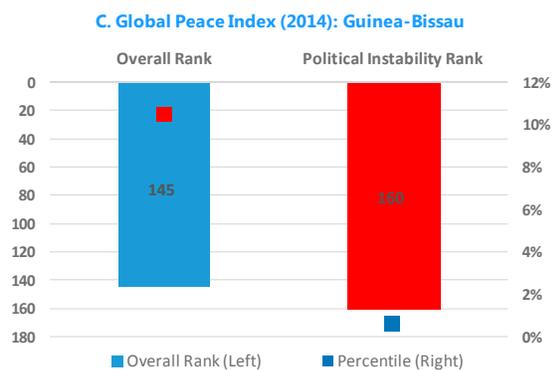
Fonte: The Economist.

Em 2014, a Guiné-Bissau encontrava-se nos últimos lugares no que se refere à perceção da probabilidade de instabilidade política.



Fonte: Indicadores de Governança Mundial (Banco Mundial).

Em 2014, a Guiné-Bissau foi considerada como tendo um dos graus mais baixos de paz (i.e. nível de harmonia ou discórdia de uma nação).



Fonte: Institute for Economics & Peace.

Chart goes here

**7. A Guiné-Bissau é um dos países politicamente mais instáveis do mundo.** Conforme mostra a Figura 2, em 2010, ou seja, antes do último golpe de Estado, o país já era classificado entre os 20 países mais vulneráveis à instabilidade política (painel A). Além disso, outras *proxies* de instabilidade mostram que a situação se deteriorou ainda mais nos últimos anos. Desde o início da década de 2000 verifica-se aumento na avaliação da probabilidade de instabilidade política (painel B) e, no ano passado, a Guiné-Bissau foi considerada como estando entre os 10 por cento de países com níveis de paz mais baixos.

## C. Instabilidade Política Crónica e Fragilidade

**8. Os golpes de Estado recorrentes levam a um Estado fracassado.** As razões pelas quais a instabilidade política – na forma de golpes de Estado recorrentes – é tão nociva reside no facto de a motivação subjacente à violação da ordem constitucional ser a pior possível. Golpes de Estado recorrentes refletem uma sociedade na qual a procura implacável pelo poder, e de rendas a qualquer preço, é disseminada, levando ao desmantelamento do Estado ou, em outras palavras, a um Estado fracassado. Eles refletem a ausência *de facto* de qualquer contrato social compulsório e relevante.

**9. O período de transição após um golpe de Estado é particularmente nocivo.** A partir do momento em que ocorre um golpe de Estado até à retomada da normalidade democrática, a corrupção e a procura de rendas disparam, os interesses ocultos prevalecem, a governança se despedaça e as instituições fracas se deterioram ainda mais. Durante este período de transição, a seleção adversa funciona no seu melhor (ou, melhor, no seu pior). A corrupção torna-se endêmica e se materializa de várias formas, desde simples roubos dos recursos públicos à falta de cumprimento da lei (e.g. menos fiscalização). Além disso, leis e regulamentos são mudados ou ignorados em benefício de grupos e indivíduos (e.g. isenções fiscais e amnistia fiscal).

**10. Os incentivos por trás dos governos de transição não estão alinhados aos da população.** A governança deteriora-se fortemente durante os períodos de transição, pois independentemente de o governo realizar um bom trabalho ou não, ele não tem direito à reeleição. De facto, um governo de transição bem-sucedido é precisamente aquele de curta duração, mas a agenda subjacente a um golpe de estado é permanecer no poder. A prestação de contas também é prejudicada dado que o governo de transição não foi eleito por votação. Por último, a instabilidade política crónica significa que as políticas públicas são, muitas vezes, interrompidas, o que afeta as reformas e o planeamento de longo prazo.

**11. Com frequência, os períodos de transição são prolongados.** A (auto) seleção adversa e incentivos perversos ajudam a explicar porque os governos de transição ficam tanto tempo no poder. O período de transição mais recente na Guiné-Bissau durou mais de dois anos, enquanto o país se afundava lentamente. Eles também ajudam a compreender a baixa eficácia de algumas respostas defendidas para lidar com a fragilidade. Por exemplo, uma sugestão encontrada na literatura é a de que a comunidade internacional deve investir na capacitação do Estado. No entanto, a experiência recente da Guiné-Bissau demonstrou que mesmo assistência técnica intensa

é incapaz de ajudar a construir instituições<sup>2</sup> num ambiente onde o baixo capital humano se funde com instituições frágeis, busca generalizada de rendas e corrupção.

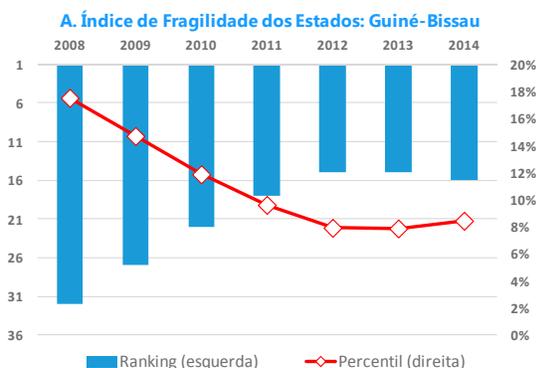
**12. A Guiné-Bissau não consegue fornecer serviços públicos básicos aos seus cidadãos.** A Figura 3 mostra evidências marcantes do fracasso de um Estado frágil em fornecer serviços públicos básicos aos seus cidadãos. A Guiné-Bissau continua não apenas a ser um dos países mais frágeis do mundo (painel A), mas também não tem sido capaz de acompanhar os seus pares. A pobreza aumentou na última década, em contraste acentuado com as evidências regionais (painel B). Consequentemente, o desenvolvimento humano estagnou e o país cada vez mais fica para trás relativamente aos seus pares (painel C). Os resultados acima são ainda mais significativos quando se constata que estas classificações também incluem países envolvidos em guerras. Neste momento já deve estar claro que a Guiné-Bissau não irá cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

---

<sup>2</sup> Ver os resultados dos relatórios da assistência técnica de Kone *et al.* (2014); Pialarissi *et al.* (2014); Russell e Calvet (2014).

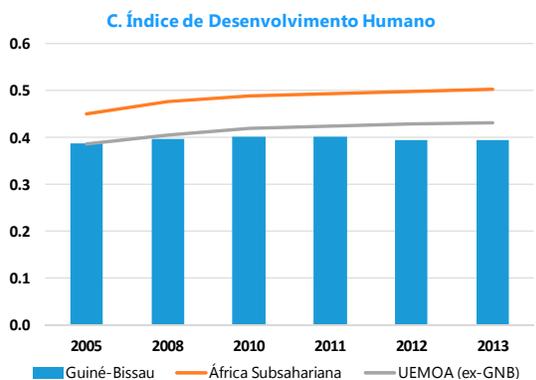
**Figura 3. A Fragilidade Prejudicou Gravemente o Desenvolvimento Social na Guiné-Bissau**

*A Guiné-Bissau encontra-se entre os países mais frágeis do mundo e a fragilidade aumentou nos últimos anos.*



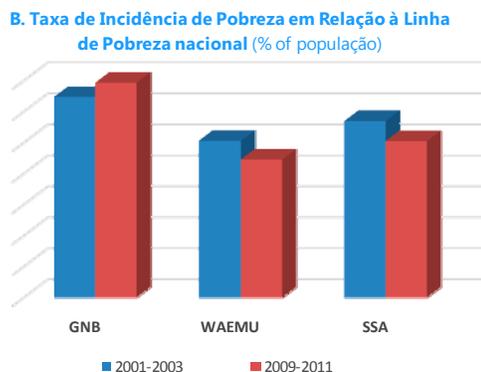
Fonte: The Fund for Peace.

*O hiato social da Guiné-Bissau vem aumentando ao longo da última década, em relação a países comparáveis, à medida em que o progresso social ficou estagnado.*



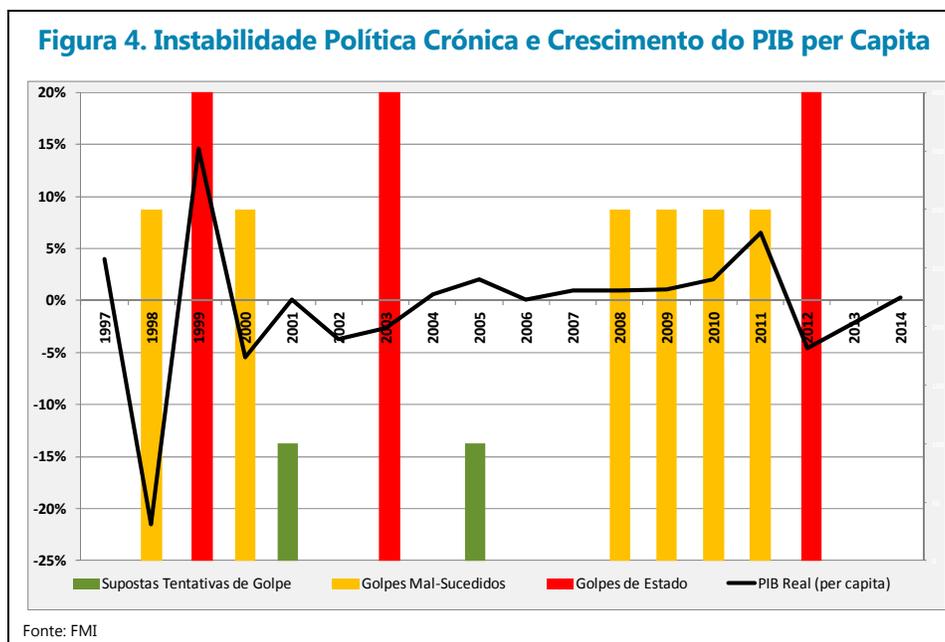
Fonte: Nações Unidas

*Em consequência, a pobreza registrou aumento nos últimos anos, um fato que coloca a Guiné-Bissau em contradição à evidência da região.*



Fonte: Banco Mundial

**13. O PIB per capita da Guiné-Bissau estagnou-se desde 2000.** Dado que o progresso social depende do desempenho económico, é de se esperar valores muito modestos do crescimento do PIB da Guiné-Bissau. Desconsiderando a forte queda e a recuperação acentuada devido à guerra civil de 1998-1999, o crescimento do PIB real per capita tem-se mantido próximo de zero desde 2000 (Figura 4). Note-se, mais especificamente, que a maior instabilidade em 2000 teve influência clara no crescimento e a perda de PIB associada ao golpe de 2012 foi significativa.



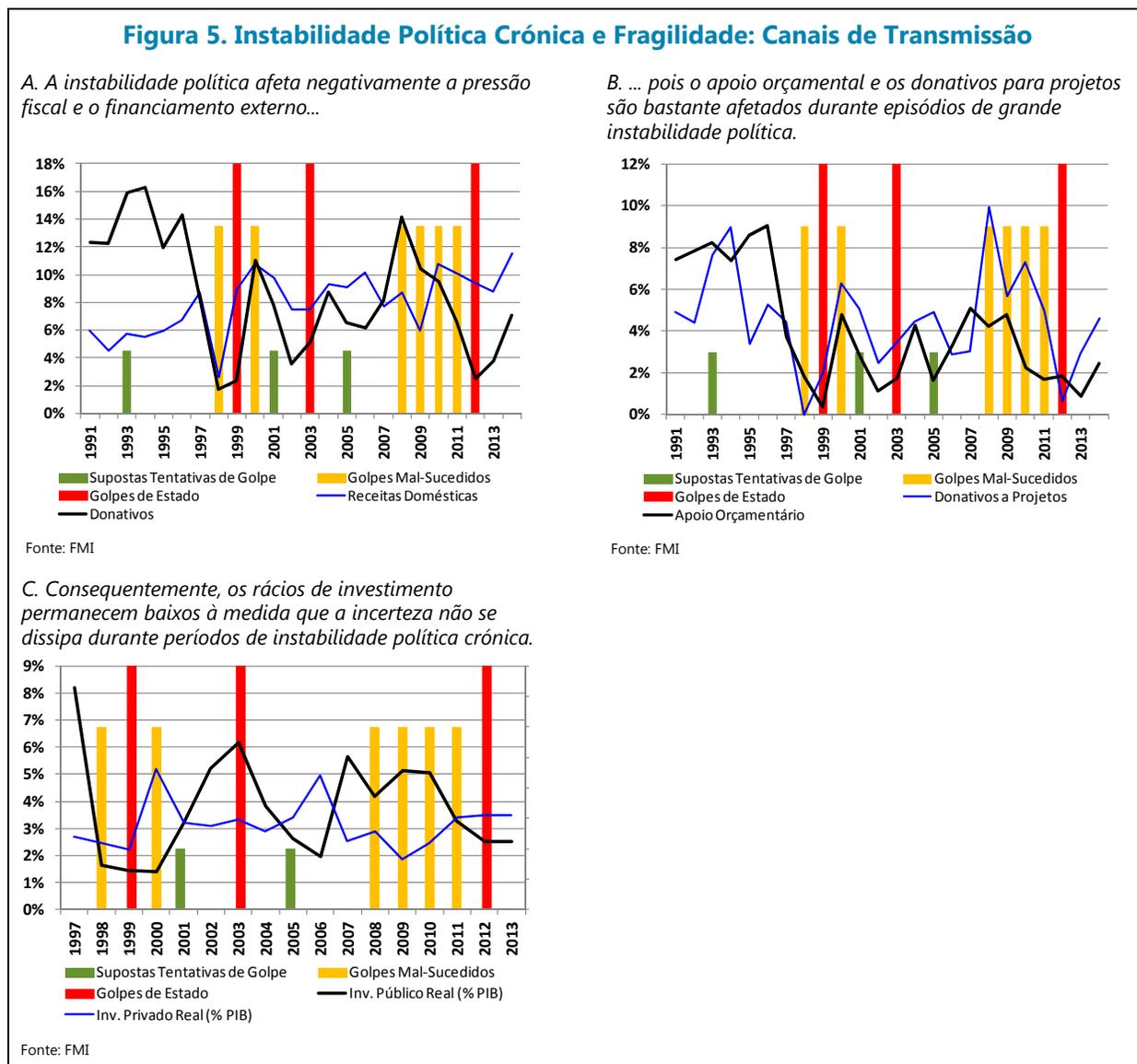
## D. Instabilidade Política Crónica: Principais Canais de Transmissão

**14. A instabilidade política crónica é prejudicial ao crescimento de várias formas, mas a sua quantificação é um desafio.** Alguns canais, pela sua própria natureza, são difíceis de se mensurar, tais como os recursos desperdiçados devido a corrupção e à procura de renda, ou a ineficiência provocada por decisões não ótimas decorrentes da má governança. Corrupção, má governança e descontinuidade de políticas constituem poderosos entraves às reformas. No seu relatório sobre reformas estruturais nas alfândegas, Russell e Calvet, (2014) advertem: “Esta missão não pode observar quaisquer progressos na resolução de problemas recorrentes identificados desde 2012 [o ano do último golpe]”.<sup>3</sup> Os efeitos sobre o crescimento da não implementação de reformas são difíceis de se medir apesar da sua grande importância para o desempenho económico. Por outro lado, outros canais são mais fáceis de captar.

**15. Financiamento e investimento são dois importantes canais de transmissão da instabilidade política à fragilidade.** Em períodos de grande instabilidade política, as receitas internas e os donativos diminuem, em particular os últimos (Figura 5, painéis A e B). Em consequência, reduz-se ainda mais a já limitada capacidade do governo de gastar e investir (painel C). A diminuição do investimento público é particularmente acentuada nos três anos após o golpe de 2003. Além disso, depois de um período de recuperação, o investimento público diminuiu fortemente de novo durante o turbulento período de 2008-2013. Embora a dinâmica do investimento privado não seja tão atempada quanto a do investimento público é de salientar que o

<sup>3</sup> Tradução do autor.

seu nível permaneceu baixo ao longo do período de análise, refletindo a incerteza endêmica que os empreendedores enfrentam na Guiné-Bissau. Além do mais, a microeconomia dos dois tipos de investimento é diferente. A dinâmica do investimento público depende basicamente mimetiza a disponibilidade de recursos (ou seja, donativos); enquanto, por outro lado, esperar-se-ia que o financiamento do investimento privado diminuísse antes de sua retração.<sup>4</sup>

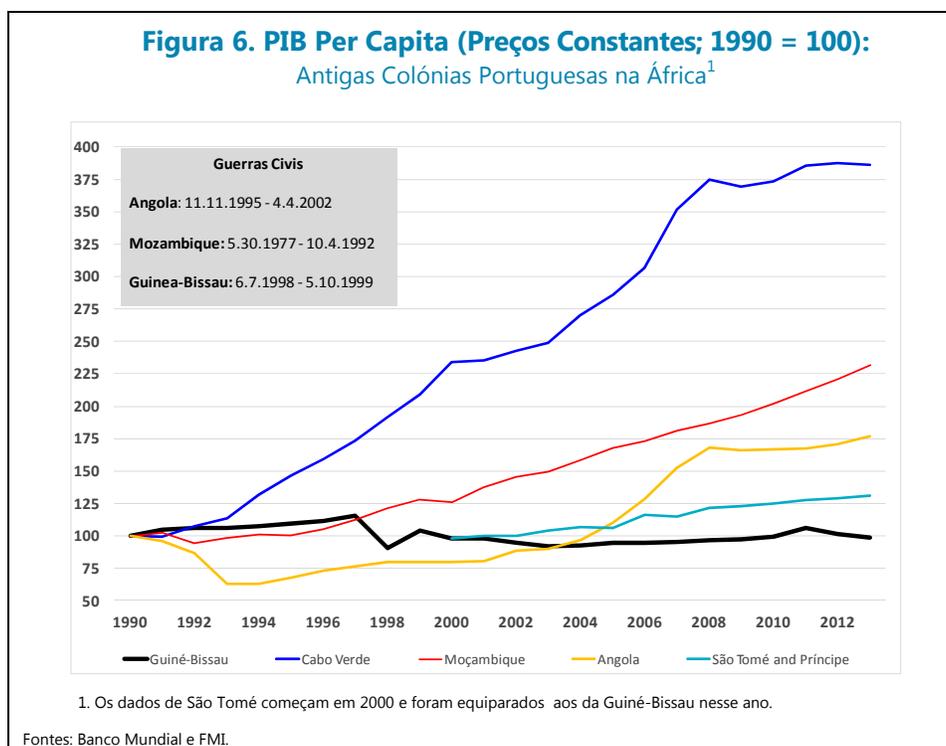


<sup>4</sup> Existem limitações sérias de dados uma vez que o investimento privado é frequentemente obtido como resíduo.

## E. O Custo da Instabilidade Política Crónica

### 16. Até agora, a Guiné-Bissau tem estado presa em uma armadilha de fragilidade.

O crescimento económico estagnou desde 2000. Este facto é *per se* uma evidência dramática. No entanto, ele não diz nada sobre o desempenho relativo da Guiné-Bissau ou, em outras palavras, sobre o verdadeiro custo económico da instabilidade política. A Figura 6 compara o desempenho económico da Guiné-Bissau ao das antigas colónias portuguesas na África. Enquanto outras antigas colónias conseguiram crescer, a Guiné-Bissau ficou estagnada.



**17. A trajetória de desenvolvimento da Guiné-Bissau poderia ter sido similar à de outras antigas colónias portuguesas Africanas.** Obviamente, embora cada país tenha a sua própria história e características, essas diferenças podem aprimorar esta avaliação qualitativa, e importa salientar algumas. Em primeiro lugar, a Guiné-Bissau foi a primeira colónia portuguesa na África a conquistar a independência. Seria de se esperar que isso tivesse efeito positivo no crescimento. Segundo, embora São Tomé e Príncipe e Cabo Verde não tenham tido guerras civis – o que naturalmente ajudou no seu desenvolvimento – Angola e Moçambique viveram guerras civis muito longas e destrutivas, ao passo que a guerra civil da Guiné-Bissau durou apenas onze meses.<sup>5</sup> Além do mais, ao contrário da Guiné-Bissau, depois de a guerra terminar, esses dois países começaram a

<sup>5</sup> Por outro lado, São Tomé e Príncipe é uma ilha muito pequena, o que certamente prejudica as suas perspetivas de crescimento.

crescer rapidamente, recuperando-se relativamente aos seus pares.<sup>6</sup> Na Guiné-Bissau, depois do final da guerra civil, o crescimento, que já era fraco antes da guerra, deteriorou-se ainda mais.

**18. Qual poderia ter sido o desempenho económico na Guiné-Bissau na ausência de instabilidade política crónica?** Uma resposta confiável é muito difícil, mas dois exercícios contra factuais simples e factíveis podem ser muito úteis para dar uma ideia da magnitude do “hiato de instabilidade”. O primeiro presume que o PIB real per capita da Guiné-Bissau poderia ter crescido, em média, ao mesmo ritmo do crescimento médio do PIB real per capita das outras antigas colónias portuguesas no período de 2000-2013. O segundo presume taxa média de crescimento igual à alcançada pelos países chamados de baixa renda. Esse é um contra factual factível, dado que esses países enfrentaram várias restrições e desafios que são relevantes para a Guiné-Bissau. Eles devem fornecer uma estimativa plausível do intervalo do que poderia ter sido o crescimento médio na Guiné-Bissau na ausência de instabilidade política crónica no período de 2000-2013.

<b>Tabela 1. Estimativas do Custo da Instabilidade Política Crónica para o PIB Per Capita no período de 2000-2013</b> (percentagem)			
	<b>Crescimento do PIB</b>	<b>Custo do crescimento anual</b>	<b>Custo do crescimento total</b>
<b>Efetivo</b>	-0,3 por cento	–	–
<b>Contrafactual 1</b>	4,3 por cento	4,7 por cento	89,5 por cento
<b>Contrafactual 2</b>	3,3 por cento	3,6 por cento	65,2 por cento

**19. A estimativa do “hiato de instabilidade” é substancial (Tabela 1).** Na ausência de uma história de instabilidade política crónica, o PIB per capita da Guiné-Bissau a preços constantes de 2013 poderia ter sido superior entre 65 por cento e 90 por cento. Vale salientar que esse intervalo reflete uma diferença construída desde 2000 (i.e. após o final da guerra civil). A perda de crescimento do PIB teria sido ainda mais significativa se, na estimativa, tivéssemos incluído também os efeitos da guerra civil.

## F. Conclusão

**20. Até agora, a Guiné-Bissau tem estado presa numa armadilha de fragilidade.** Embora a fragilidade seja uma condição multidimensional, a instabilidade política crónica – na forma de golpes de Estado recorrentes – tem sido entrave importante ao crescimento e progresso social na Guiné-Bissau. O PIB per capita tem estado estagnado há mais de duas décadas. Não deve causar surpresa o fato que países comparáveis estejam deixando a Guiné-Bissau cada vez mais para trás.

<sup>6</sup> O desempenho económico de Angola tem beneficiado das descobertas de petróleo.

**21. Os incentivos subjacentes aos golpes de Estado recorrentes são os piores possíveis.** Eles refletem uma sociedade na qual a procura implacável pelo poder e por rendas a qualquer preço é a norma. Existe um problema claro de (auto e forçada) seleção adversa. Após longo período de transição – que revela verdadeiramente os principais motivos por trás dos golpes de Estado – a Guiné-Bissau encontra-se, de novo, em momento decisivo: poderá desta vez romper com o seu passado de instabilidade?

**22. As estimativas baseadas em pressupostos razoáveis revelam que, considerando apenas o período do pós-guerra, na ausência de instabilidade política crónica, o PIB real per capita da Guiné-Bissau poderia ter sido, no mínimo, dois terços superior ao seu nível de 2013.** Essa avaliação mostra a importância crucial da reforma do sector da segurança (e de outras reformas que melhorem a governança e inibam a procura de rendas). Também demonstra que o custo atual estimado da reforma do sector da segurança é comparativamente modesto, uma vez que põe em perspectiva seus custos monetários – que são fáceis de calcular e, em grande parte, ocorrem no curto prazo – vis-à-vis seus benefícios abrangentes e profundos, que não são tão explícitos e se acumulam ao longo do tempo.

## Referências

- Abadie, A. e J. Gardeazabal, (2003); "The Economic Costs of Conflict: A Case Study of the Basque Country", *American Economic Review*, Vol. 93(1).
- Akkaya, S., N. Fiess, B. Kaminski e G. Raballand, (2011); "Fragility and Conflict in Palestine: The Costs of the Closures Regime on West Bank and Gaza"; in W. Naudé, A. U. Santos-Paulino e M. McGillivray (eds). *Fragile States: Causes, Costs, and Responses*, Oxford University Press, Oxford.
- Bigombe, B., P. Collier e N. Sambanis (2000); "Policies for Building Post-Conflict Peace"; *Journal of African Economies* Vol. 9, No. 3.
- Collier, P., (1999); "On the Economic Consequences of Civil War"; *Oxford Economic Papers*, Vol. 51.
- Kone, B., B. Wiest, A. Benbrik e D. Mendes, (2014); "Guiné-Bissau: Aperfeiçoar a Execução e o Controlo do Orçamento do Estado", Departamento de Finanças Públicas, Fundo Monetário Internacional, Janeiro.
- Lopez, H. e Q. Wodon, (2005). "The Economic Impact of Armed Conflict in Rwanda", *Journal of African Economies* 14(4).
- Naudé, W. e M. GcGillivray, (2011). "Fragile States: An Overview", in W. Naudé, A. U. Santos-Paulino e M. McGillivray (eds). *Fragile States: Causes, Costs, and Responses*, Oxford University Press, Oxford.
- Pialarissi, D. R., J. C. de la Fuente e S. L. M. de Lima, (2014); "Guiné-Bissau: Planeamento e Recomendações Estratégicas"; Departamento de Finanças Públicas, Fundo Monetário Internacional, Setembro.
- Russell, J. e B. Calvet, (2014); "République de Guinée-Bissau: Compte-rendu de Mission D'Assistance Technique en Administration Douanière", AFRITAC Ocidental, Fundo Monetário Internacional, Setembro.

## AVALIAÇÃO DA ESTABILIDADE EXTERNA<sup>1</sup>

*Após pressões fortes sobre o balanço de pagamentos em 2012 e 2013 devido a queda dos preços internacionais do caju, o principal produto de exportação da Guiné-Bissau, combinadas com a incerteza política após o golpe de 2012, as exportações se recuperaram e o apoio dos parceiros internacionais regressou. Embora as importações também tê sido fortes, o aumento significativo das transferências correntes moderou o déficit em transações correntes em 2014, e o balanço de pagamentos registou excedente global. No médio prazo, as necessidades de investimento aumentarão significativamente dado que se projeta que os termos de troca se deterioreem e a demanda de importações permaneça forte devido à continuação de um crescimento robusto e às grandes necessidades de investimento em infraestrutura – principalmente de financiamento oficial. A taxa de câmbio efetiva real parece estar em termos gerais em linha com os fundamentos no curto prazo. A economia permanece vulnerável a choques devido à elevada concentração das exportações e ao estado de fragilidade do país. O ambiente de negócios continua difícil. Para salvaguardar a estabilidade externa no médio prazo, as políticas orientadas para a diversificação da economia combinadas com a melhoria da competitividade não relacionada a preços serão fundamentais.*

### A. Desenvolvimentos Económicos Recentes e Perspetivas

**1. As pressões sobre o balanço de pagamentos da Guiné-Bissau moderaram significativamente em 2014** (Figura 1). Após as pressões severas externas devido à queda dos preços da castanha de caju em mais de 40 por cento entre 2011 e 2013, os termos de troca da Guiné-Bissau melhoraram mais de 30 por cento em 2014 e as exportações recuperaram. As importações cresceram também consideravelmente (quase 31 por cento em termos reais), impulsionadas por resultados de crescimento mais favoráveis e pela demanda substancial de combustíveis. Por conseguinte, o déficit comercial passou de 7,7 por cento do PIB em 2013 para 9,7 por cento em 2014. As transferências correntes mais do que duplicaram em termos nominais face ao seu nível de 2013 e atingiram 7 por cento do PIB devido ao forte aumento de donativos orçamentais e à continuação robusta das transferências privadas. Consequentemente, estima-se que o déficit em transações correntes incluindo donativos tenha diminuído de 4,4 por cento, em 2013 para 1,2 por cento do PIB em 2014. O balanço de pagamentos registou um excedente significativo.

**2. Espera-se que as necessidades de financiamento aumentem no médio prazo, impulsionadas pelo aumento do investimento público e enfraquecimento dos termos de troca** (Figura 2). Grandes investimentos públicos, financiados através de donativos para projetos e de empréstimos concessionais, assim como a continuidade do aumento do crescimento real para cerca de 5 por cento, deverão impulsionar as importações no médio prazo. Embora os valores das exportações devam aumentar significativamente devido a perspetivas favoráveis para os preços do

<sup>1</sup> Preparado por Monique Newiak.

caju em 2015, permanecerão relativamente inalterados no médio prazo. O déficit em transações correntes aumentará para uma média superior a 5 por cento do PIB ao ano durante o período 2015-2019. O déficit em transações correntes será causado, em média, sobretudo pelo hiato público poupança-investimento, ao passo que o hiato privado poupança-investimento também diminuirá.

**3. A posição externa da Guiné-Bissau mantém-se vulnerável a uma série de riscos.** Uma situação política e de segurança estável é condição necessária para uma posição externa sustentável. Em termos macroeconómicos, a alta concentração de exportações em castanha de caju (85 a 99 por cento das exportações) representa o principal risco para a estabilidade externa, uma vez que deixa o país vulnerável às flutuações dos preços internacionais. Um aumento dos preços do petróleo, atualmente favoráveis, exerceria pressão nas transações correntes, uma vez que a economia é altamente dependente da importação de produtos petrolíferos. No médio prazo, serão necessários fluxos contínuos de donativos e acesso a empréstimos concessionais para financiar as enormes necessidades de investimento em infraestrutura que, por sua vez, constituem a condição prévia ao desenvolvimento da base de exportações da Guiné-Bissau.

## B. Avaliação da Sustentabilidade Externa

*Com base na avaliação do equilíbrio externo para mercados em desenvolvimento e emergentes (EBA-lite), a taxa de câmbio efetiva real da Guiné-Bissau parece estar em termos gerais em linha com os fundamentos nacionais.*

**4. Para avaliar a estado das transações correntes da Guiné-Bissau, esta nota usa a metodologia “EBA-lite”** (Figura 3). Os valores ajustados resultantes deste exercício captam bem a dinâmica do déficit em transações correntes, mas existem diferenças significativas entre transações correntes efetiva em percentagem do PIB face aos níveis implícitos na regressão. Nos últimos anos, os níveis implícitos ultrapassam os níveis efetivos, o que implica que países com características similares, tais como demografia, instituições e dimensão das transferências privadas e públicas, assim como posição fiscal, abertura ao comércio e movimentos dos termos de troca, têm, em média, registado défices em transações correntes ligeiramente mais baixos.

**5. Com base na abordagem EBA-lite, a situação das transações correntes da Guiné-Bissau em 2015 pode ser decomposta da seguinte forma:**

$$TC \text{ efetiva} = \text{Hiato da } TC + \underbrace{(TC \text{ Ajustada} - \text{Hiato de Política})}_{\text{Norma da } TC}$$

na qual o *Hiato em TC* é o desalinhamento das transações correntes, *TC Ajustada* é o valor previsto da regressão acima e *Hiato de Política* relaciona as políticas efetivas de um país não apenas com as suas políticas ideais, mas também com o desalinhamento político médio no resto do mundo.

**6. Para a maioria das políticas, o corpo técnico não espera hiatos de política para a Guiné-Bissau em 2015.** Em nível nacional, esta nota presume que a posição fiscal ciclicamente ajustada projetada, o grau de controlos de capital e a acumulação de ativos externos líquidos

oficiais estejam em linha com as recomendações do corpo técnico, de modo que quaisquer hiatos de política incorporados na abordagem provenham de diferenças nas políticas em comparação com o resto do mundo. No entanto, no que se refere ao nível de crédito ao sector privado relativamente ao PIB, um nível de referência de 22 por cento foi definido como a variável de “política” ideal, em conformidade com o seu nível de referência obtido na Secção III relativa a estabilidade financeira, profundidade e inclusão, a qual é consideravelmente superior ao nível projetado do crédito do sector privado face ao PIB, nomeadamente de 11 por cento do PIB em 2015.

**7. A abordagem EBA-lite sugere que a taxa de câmbio efetiva real da Guiné-Bissau estaria, em termos gerais, em termos gerais em linha com os seus fundamentos em 2015.** O valor de referência das transações correntes implícita na abordagem EBA-lite é de -2,7 por cento do PIB, dos quais -1,5 por cento do PIB decorrem do hiato de política e outros -1,2 por cento dos fundamentos macroeconómicos da Guiné-Bissau. Projeta-se que o défice trem transações corrente atual aumente para 3,6 por cento do PIB em 2015. O desalinhamento implícito das em transações correntes é, por conseguinte, de -0,9 por cento do PIB, o que envolve uma sobrevalorização da taxa de câmbio efetiva real de 6,5 por cento, que é insignificante em termos estatísticos.<sup>2</sup> Considera-se que esta sobrevalorização se encontre dentro da margem de erro e a taxa de câmbio efetiva real parece, assim, em termos gerais, em linha com os fundamentos da Guiné-Bissau.

**8. Uma vez que a Guiné-Bissau faz parte de uma união monetária, a sua taxa de câmbio deve ser também encarada no contexto da estabilidade externa da UEMOA, no seu conjunto (FMI, 2015b).** Como membro de uma união monetária e sendo o seu menor participante, a posição externa da Guiné-Bissau depende também do desempenho dos outros membros da UEMOA. Uma avaliação da UEMOA, no seu conjunto, sugere que a posição externa permanece sustentável, embora as vulnerabilidades tenham aumentado. A taxa de câmbio da região parece, em termos gerais, em linha com os fundamentos, mas suas reservas externas têm encolhido: as reservas internacionais brutas do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) diminuíram de 6,6 meses de importações em 2010 para 4,6 meses de importações em 2014; a posição cambial líquida dos bancos comerciais diminuiu significativamente em 2014 e registou valores negativos. O nível de reservas internacionais brutas é inferior ao ideal com base em métricas-padrão (5 a 12 meses de importações).<sup>3</sup> No entanto, as reservas internacionais brutas são ainda significativamente superiores ao piso que funciona como sinal de aviso nos termos do acordo monetário da zona celebrado com a França (84 por cento do agregado monetário restrito comparativamente a 20 por cento).

---

<sup>2</sup>  $-3,6 - (-2,7) = -0,9$ . A elasticidade presumida da transações correntes relativamente aos movimentos da taxa de câmbio real é de -0,13.

<sup>3</sup> Tendo em conta o compromisso de França de apoiar a convertibilidade do franco CFA, esta métrica não se aplica inteiramente à UEMOA. Para mais pormenores sobre a métrica, consultar Dabla-Norris, Kim e Shorono (2011): “Optimal Precautionary Reserves for Low-Income Countries: A Cost-Benefit Analysis”, Fundo Monetário Internacional, Working Paper WP/11/249.

## C. Competitividade não Relacionada com os Preços

9. **O ambiente de negócios na Guiné-Bissau permanece difícil** (Figuras 4 e 5). A posição relativa da Guiné-Bissau na classificação *Doing Business* (fazendo negócios) deteriorou-se face à última avaliação; somente 10, entre 189 países, avaliados estão atualmente pior classificados.<sup>4</sup> Acesso a eletricidade, abrir uma empresa e o cumprimento de contratos são áreas que representam um desafio particular face a outros países da UEMOA e a um grupo de referência de economias africanas de crescimento rápido.<sup>5</sup> As instituições e políticas da Guiné-Bissau são também consistentemente classificadas como mais fracas que em outros países da UEMOA na Avaliação Institucional e de Políticas Nacionais. Tendo em conta que a Guiné-Bissau não pode desvalorizar a sua moeda porque integra uma união monetária, as melhorias nestas áreas serão ainda mais críticas para o desenvolvimento do sector privado e a diversificação da economia, que são as condições necessárias para tornar a economia da Guiné-Bissau mais resistente a choques (Secção IV).

## D. Conclusões

10. **A taxa de câmbio efetiva real parece, em termos gerais, em linha com os fundamentos; contudo, para salvaguardar a estabilidade no médio prazo, são necessárias melhorias na competitividade não relacionada com os preços.** Com base na avaliação do equilíbrio externo de mercados em desenvolvimento e emergentes (EBA-lite), a taxa de câmbio efetiva real da Guiné-Bissau parece estar, em termos gerais, em linha com os fundamentos do país. Contudo, a economia permanece exposta a choques devido à elevada concentração de exportações e ao estado de fragilidade do país, e o ambiente de negócios continua difícil. Para salvaguardar a estabilidade externa no médio prazo, as políticas orientadas para a diversificação da economia combinadas com a melhoria da competitividade não relacionada com os preços serão, por conseguinte, fundamentais.

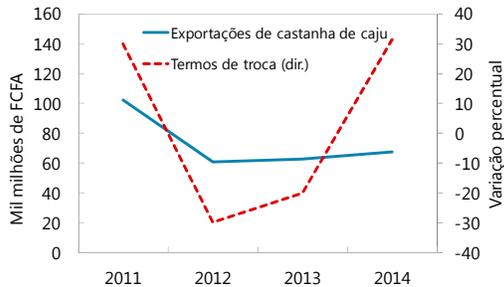
<sup>4</sup> Os indicadores *Doing Business* devem ser interpretados com cautela devido ao número limitado de inquiridos, à cobertura geográfica limitada, aos pressupostos padronizados relativos às restrições aos negócios e à disponibilidade de informação.

<sup>5</sup> Estas referências incluem o Gana, Lesoto, Quênia, Ruanda, Tanzânia, Uganda, e Zâmbia.

**Figura 1. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Externos Recentes**

Após queda acentuada nos últimos dois anos, as exportações de castanha de caju se recuperaram em 2014...

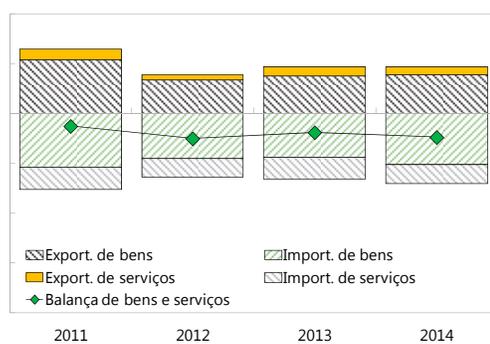
**Termos de troca e export. de castanha de caju, 2011-2014**  
(Variação percentual e mil milhões de FCFA)



Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

... mas a balança comercial deteriorou-se ligeiramente devido a maiores importações impulsionadas por maior crescimento e financiamento externo.

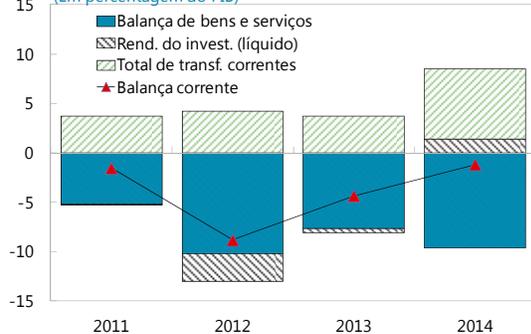
**Balança comercial, 2011-2014**  
(Em percentagem do PIB)



Fontes: BCEAO, autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Estima-se que o saldo em transações correntes tenha melhorado substancialmente devido a maiores transferências correntes, ...

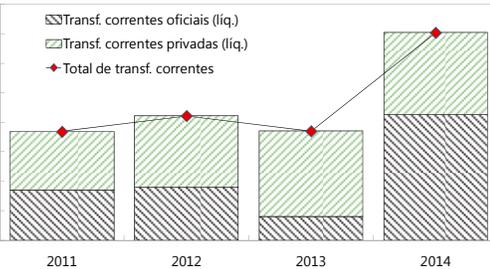
**Saldo da balança corrente, 2011-2014**  
(Em percentagem do PIB)



Fontes: BCEAO, autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

... impulsionadas sobretudo pela retomada do apoio de parceiros internacionais oficiais.

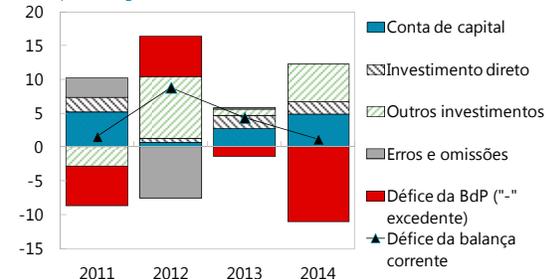
**Transferências correntes, 2011-2014**  
(Em percentagem do PIB)



Fontes: BCEAO, autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Com o aumento do financiamento oficial (outros investimentos), o balanço de pagamentos registou um excedente substancial, ...

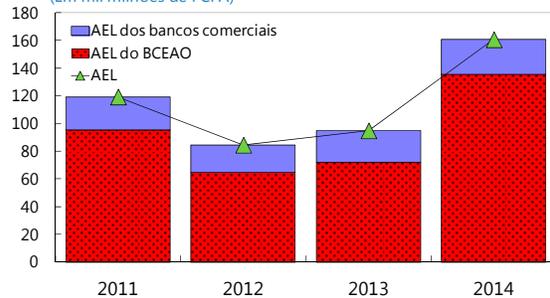
**Fontes de financiamento, 2011-2014**  
(Em percentagem do PIB)



Fontes: BCEAO, autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

... de modo que os ativos líquidos oficiais imputados aumentaram significativamente na Guiné-Bissau, bem como os ativos externos líquidos dos bancos comerciais.

**Ativos externos líquidos, 2011-2014**  
(Em mil milhões de FCFA)

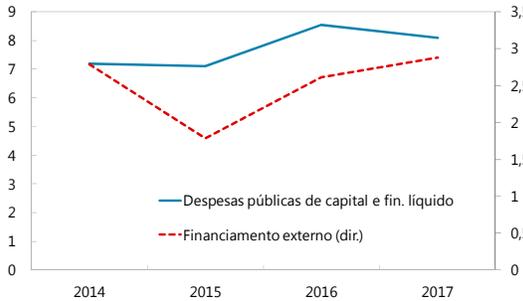


Fontes: BCEAO e autoridades guineenses.

**Figura 2. Guiné-Bissau: Perspetivas Externas**

Espera-se que o financiamento externo e os planos de investimento associados registem forte aumento no médio prazo...

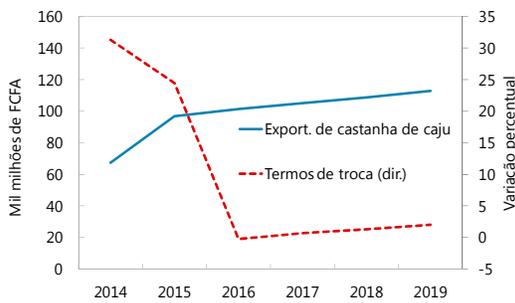
**Despesas públicas de capital e financiamento externo**  
(Em percentagem do PIB)



Fontes: BCEAO, autoridades guineenses e estimativas/projeções do corpo técnico do FMI.

O valor das exportações de caju deverá permanecer inalterado dado os termos de troca um pouco mais fracos.

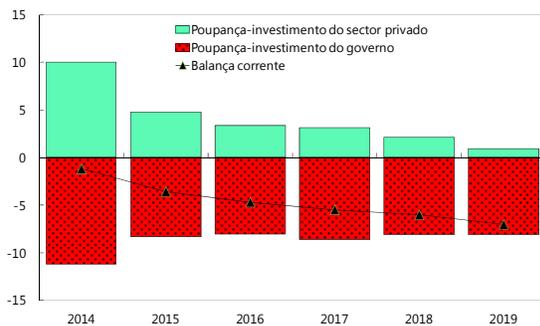
**Termos de troca e export. de castanha de caju, 2014-2019**  
(Variação percentual e mil milhões de FCFA)



Fontes: Autoridades guineenses e estimativas/projeções do corpo técnico do FMI.

... com as pressões surgindo sobretudo do sector público, mas também devido à queda do hiato privado entre poupança e investimento.

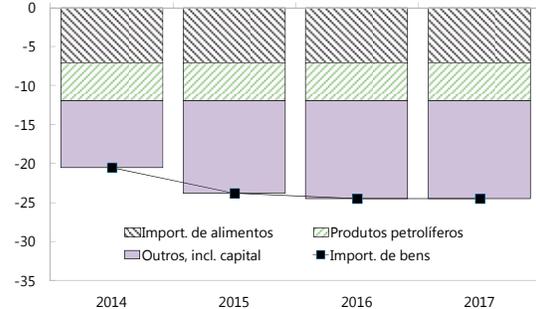
**Impulsores do défice da balança corrente, 2014-2019**  
(Em percentagem do PIB)



Fontes: Autoridades guineenses e estimativas/projeções do corpo técnico do FMI.

... impulsionando as importações de bens de capital para o país.

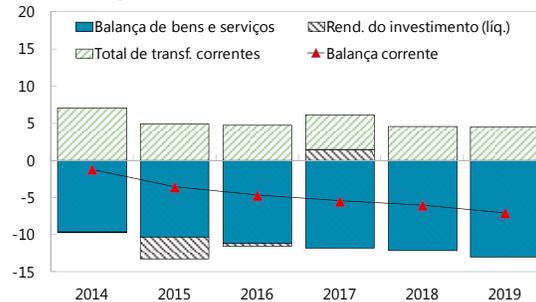
**Importações de bens, 2014-2019**  
(Em percentagem do PIB)



Fontes: BCEAO, autoridades guineenses e estimativas/projeções do corpo técnico do FMI.

Consequentemente, o défice em transações correntes deverá aumentar substancialmente no médio prazo, ...

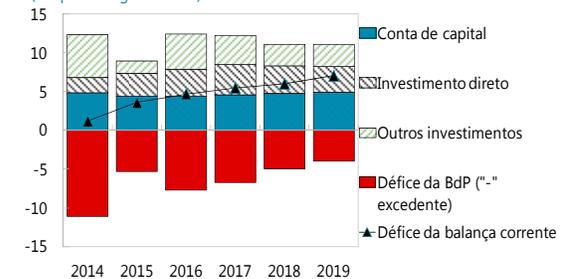
**Saldo da balança corrente, 2014-2019**  
(Em percentagem do PIB)



Fontes: BCEAO, autoridades guineenses e estim./projeções do corpo técnico do FMI.

O excedente do balanço de pagamentos deverá diminuir.

**Fontes de financiamento, 2014-2019**  
(Em percentagem do PIB)



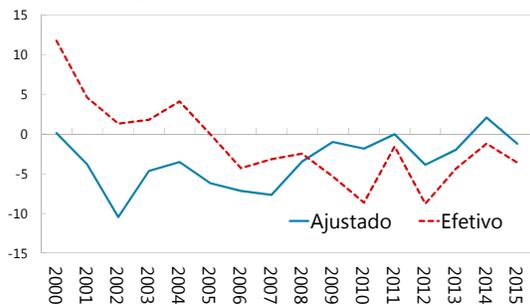
Fontes: BCEAO, autoridades guineenses e estim./projeções do corpo técnico do FMI.

**Figura 3. Guiné-Bissau: Avaliação da Estabilidade Externa**

A regressão EBA-lite se ajusta bastante bem à dinâmica das transações correntes.

**Balança corrente, 2009-2015**

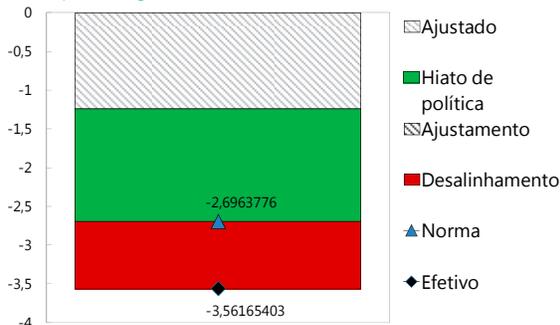
(Em percentagem do PIB)



Espera-se que as transações correntes da Guiné-Bissau estejam em termos gerais em conformidade com os fundamentos em 2015.

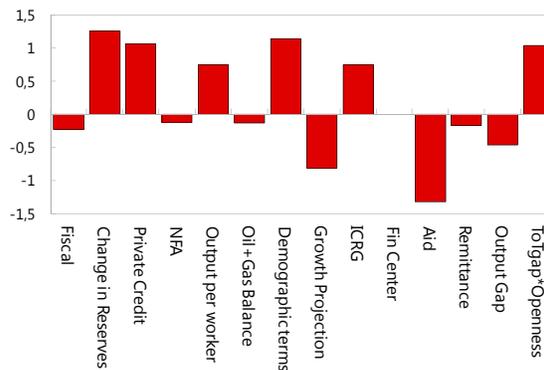
**Decomposição da balança corrente, 2015**

(Em percentagem do PIB)



Os termos de troca, abertura, crédito privado e fluxos de ajuda encontram-se entre os determinantes principais das transações correntes.

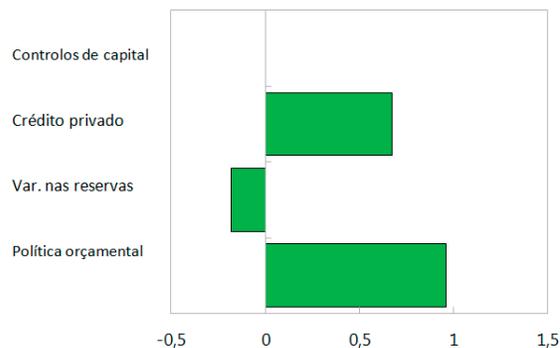
**Impulsores da balança corrente, 2015**



O hiato de política é impulsionado pelo baixo crédito ao sector privado e pela orientação orçamental relativamente ao resto do mundo.

**Impulsores do hiato de políticas**

(Em percentagem do PIB)

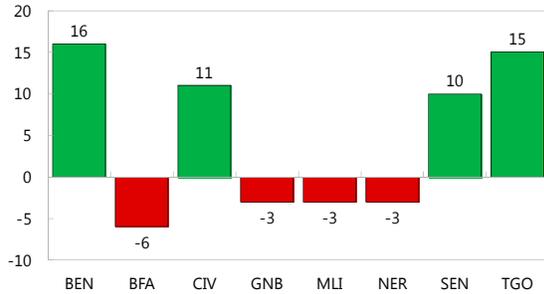


**Figura 4. Guiné-Bissau: Fazendo Negócios e Acesso à Infraestrutura de Comunicação**

A classificação da Guiné-Bissau no índice "Doing Business" deteriorou-se, ...

... sendo pior do que a de outros países da UEMOA em praticamente todas as dimensões avaliadas.

**Melhoria no Índice Doing Business**  
(Número de posições)

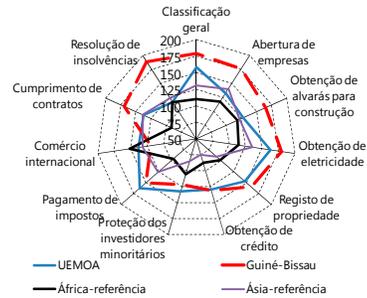


Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2015.

O cumprimento de contratos é relativamente mais barato do que em outros países da UEMOA, mas na Guiné-Bissau demora mais tempo.

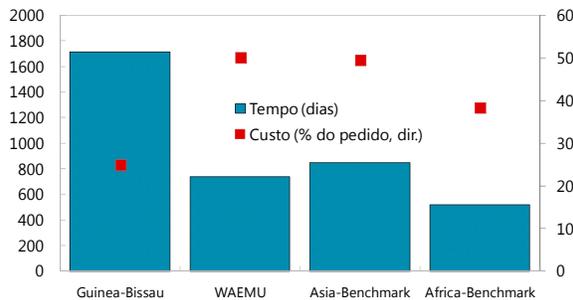
Obter acesso a eletricidade é ainda mais difícil do que no resto da região da UEMOA.

**Índice Doing Business 2015**  
(Posição entre 189 economias)



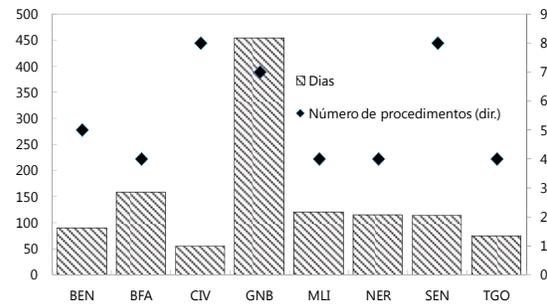
Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2015.

**Esforço necessário para a execução de contratos**  
(Em dias e custo como percentagem do pedido)



Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2015.

**Esforço necessário para obter acesso a eletricidade**  
(Em dias e número de procedimentos)

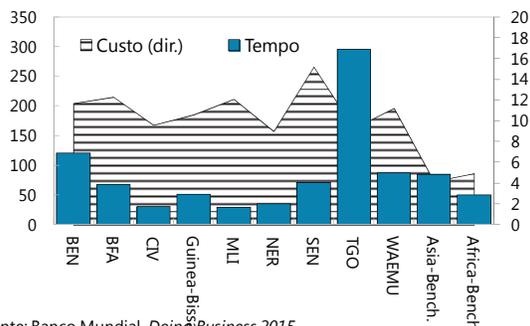


Fonte: Banco Mundial, Doing Business

O custo e tempo necessários para registar propriedade são, em média, inferiores aos da UEMOA.

O acesso à infraestrutura de comunicação é baixo.

**Registo de propriedade**  
(Tempo em dias, custo em percentagem do valor da propriedade)



Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2015.

**Linhas telefónicas e utilizadores de Internet, 2013**  
(Por 100 pessoas)

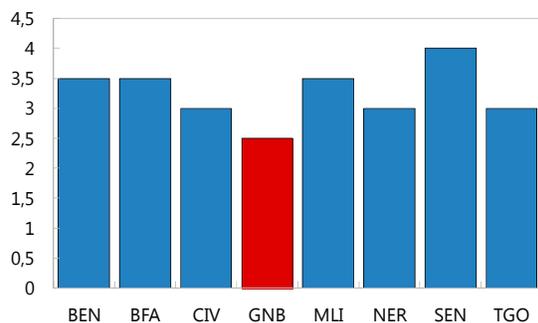


Fonte: Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial

**Figura 5. Guiné-Bissau: Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais**

**Ambiente empresarial e regulamentar, 2013**

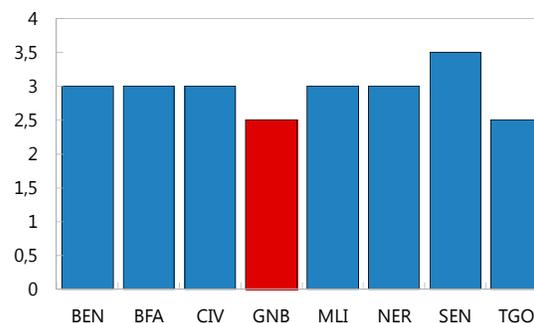
(1= baixo to 6 = alto)



Fonte: Grupo Banco Mundial, base de dados CPIA.

**Sector financeiro, 2013**

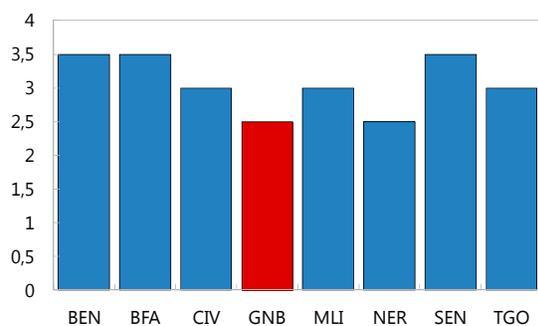
(1= baixo to 6 = alto)



Fonte: Grupo Banco Mundial, base de dados CPIA.

**Igualdade de géneros, 2013**

(1= baixo to 6 = alto)



Fonte: Grupo Banco Mundial, base de dados CPIA.

**Direito de propriedade e governação baseada em regras, 2013**

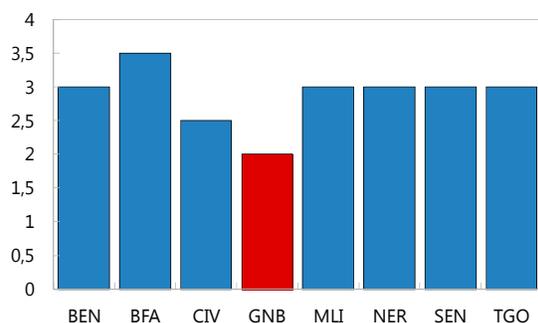
(1= baixo to 6 = alto)



Fonte: Grupo Banco Mundial, base de dados CPIA.

**Proteção social, 2013**

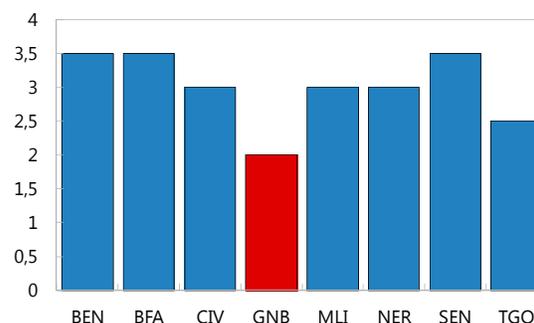
(1= baixo to 6 = alto)



Fonte: Grupo Banco Mundial, base de dados CPIA.

**Transparência, prestação de contas e corrupção, 2013**

(No sector público, 1= baixo to 6 = alto)



Fonte: Grupo Banco Mundial, base de dados CPIA.

# ESTABILIDADE, INCLUSÃO E APROFUNDAMENTO FINANCEIROS<sup>1</sup>

*O sector financeiro da Guiné-Bissau permanece incipiente, enfrenta grandes desafios e o acesso a serviços financeiros é baixo. A maioria dos indicadores de solidez financeira aponta para vulnerabilidades no sistema financeiro da Guiné-Bissau e a profundidade financeira parece ser inferior ao nível implícito às características do país, sendo o acesso a serviços financeiros limitado. Os bancos comerciais são, em média, menos rentáveis e menos líquidos, enfrentam maiores créditos malparados e cumprem menos os principais rácios prudenciais do que os bancos de outros países da UEMOA. Embora a intermediação financeira tenha recuperado recentemente, o crédito ao sector privado permanece inferior ao implícito nos fundamentos nacionais. O acesso aos serviços financeiros na Guiné-Bissau é baixo e o sector bancário contribui apenas em termos marginais para os programas de investimento das empresas. Esta nota analisa o estado da estabilidade financeira e a inclusão e defende que: i) as questões de estabilidade financeira têm de ser abordadas a nível nacional e regional, ii) a despesa social e os investimentos em infraestruturas são fundamentais para aprofundar o mercado financeiro e iii) embora o recurso a serviços de pagamento móveis pudesse tornar os serviços financeiros acessíveis a uma população mais vasta no curto prazo, a inclusão financeira mais forte no médio prazo irá requerer melhorias importantes no ambiente de negócios e na literacia financeira.*

## A. Estabilidade do Sector Financeiro

- 1. Os indicadores de estabilidade financeira mostram um sector bancário vulnerável; o risco de concentração constitui o principal problema** (Figura 1). À semelhança de outros países da UEMOA, o sector financeiro na Guiné-Bissau é dominado pelo sector bancário. O sector bancário engloba atualmente quatro bancos cujos ativos representam quase 32 por cento do PIB da Guiné-Bissau. Embora o sector esteja, em média, bem capitalizado, com rácios de solvência médios acima dos níveis médios da UEMOA, existe uma heterogeneidade considerável entre os bancos e a maioria dos indicadores de rentabilidade e liquidez é mais fraca do que noutros países da UEMOA. A concessão de crédito está concentrada em poucos sectores. Em particular, a exposição ao sector do caju é muito elevada e, dado que somente algumas poucas empresas são constituídas na Guiné-Bissau, o risco deste sector está concentrado em aproximadamente 20 agentes bancários.
- 2. Desde que os preços internacionais do caju começaram a descer em 2012, e motivados pela incerteza política devido ao golpe de 2012, os créditos malparados aumentaram significativamente.** Uma vez que a economia da Guiné-Bissau está altamente concentrada na atividade do caju (mais de um terço do PIB e mais de 90 por cento das exportações estão relacionados à atividade do caju), os choques negativos para o sector podem ter impactos significativos nos balanços dos bancos comerciais. Os riscos de concentração relacionados a outros

<sup>1</sup> Preparado por Monique Newiak.

sectores são também elevados nalguns bancos. Quando o preço do caju desceu de quase USD 1400/tonelada em 2011 para menos de USD 800/tonelada em 2013, os créditos malparados de dois bancos com a maior exposição ao sector do caju aumentaram para 60 por cento e 74 por cento em setembro de 2014. Em média, o rácio de créditos malparados em relação ao total de créditos aumentou de 6,5 por cento no final de dezembro de 2011 para 37,7 por cento em junho de 2014.<sup>2</sup> Em conformidade com a regulamentação existente ao nível da UEMOA, as provisões têm sido lentas. No final de dezembro de 2014, existia uma heterogeneidade considerável no nível de créditos malparados nos bancos (Figura 2).

**3. Está em curso uma solução baseada nas melhores práticas internacionais e no mercado para conter os créditos malparados e para a recapitalização e, assim, o Governo conseguiu com sucesso, evitar recorrer aos escassos fundos públicos para este efeito.** Na sequência das recomendações da assistência técnica do FMI, o Governo absteve-se de atribuir fundos públicos aos bancos que registam níveis elevados de créditos malparados. Pelo contrário, os bancos afetados começaram a usar as garantias e um banco concordou com a Comissão Bancária relativamente a um aumento de capital faseado de CFA 5 mil milhões para 20 mil milhões. Em termos prospetivos, será importante para os bancos liquidarem também as suas garantias.

**4. A conformidade relativa a outros indicadores prudenciais é também fraca na Guiné-Bissau** (Figura 2). A conformidade com as normas prudenciais manteve-se fraca em junho de 2014, mesmo quando comparada aos modestos rácios de conformidade na UEMOA. Igualmente devido à fraca diversificação da economia da Guiné-Bissau, somente um de quatro bancos cumpriu o limite de exposição individual que já é elevado de acordo com padrões internacionais (75 por cento face a 25 por cento). Metade dos bancos não cumpriu o requisito mínimo de capital de FCFA 5 mil milhões, o rácio de adequação de fundos próprios de 8 por cento, o teto à concessão de crédito a partes ligadas, o rácio de liquidez e o rácio de transformação.

**5. É forçoso melhorar a conformidade com os principais rácios prudenciais para salvaguardar a estabilidade financeira** (FMI 2015a). Para isso, é necessário tomar medidas a nível regional e nacional. Os esforços recentes de criação de capacidade na Comissão Bancária têm de ser intensificados através do reforço das ferramentas e processos de supervisão baseada no risco. A este respeito, o fornecimento atempado de dados nacionais do BCEAO às autoridades de supervisão será essencial. Deverá ser implementado um quadro de medidas corretivas mais forte para reduzir a complacência regulamentar e aplicar melhor a conformidade às normas prudenciais, incluindo através de medidas corretivas atempadas e eficazes contra bancos fracos e/ou não conformes. A transição para as normas de Basileia II/III requererá tempo mas constituirá uma oportunidade para aproximar as regras prudenciais às normas internacionais. Entretanto, as autoridades regionais devem fomentar a aplicação das regras em vigor, bem como começar a ser

<sup>2</sup> Por questões de consistência da comparação entre a Guiné-Bissau e a UEMOA, a fonte de todos os indicadores de solidez financeira usados nesta nota é a sede do BCEAO; estes indicadores de solidez financeira podem diferir aos referidos no relatório do corpo técnico, anexo.

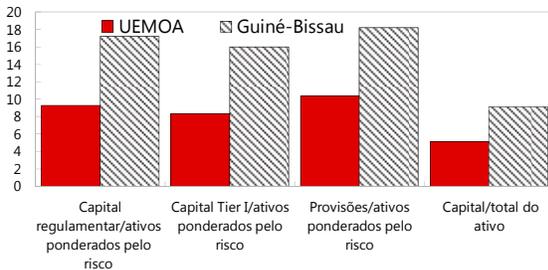
mais rigorosas na aplicação de determinadas regras nos casos em que as melhorias são mais urgentes, por exemplo, risco de concentração e provisão de créditos malparados.

**Figura 1. Indicadores de Solidez Financeira**

Os indicadores de solvência mantêm-se elevados, mas encobrem grandes variações nos quatro bancos comerciais do país.

A maioria dos rácios de liquidez é inferior às médias regionais.

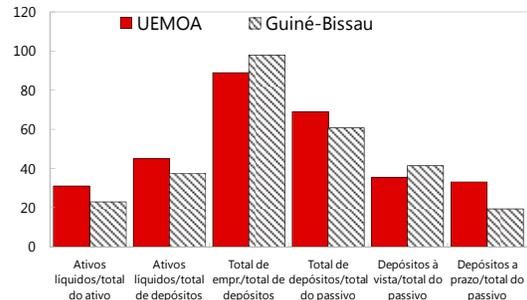
**Rácios de solvência, junho de 2014**



Fonte: BCEAO

A rentabilidade dos bancos comerciais é, em média, inferior à da UEMOA.

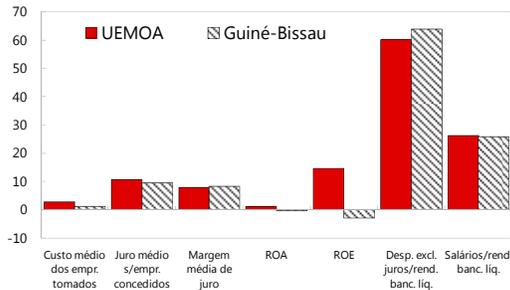
**Indicadores de liquidez, junho de 2014**



Fonte: BCEAO

A concessão de crédito está concentrada em poucos sectores.

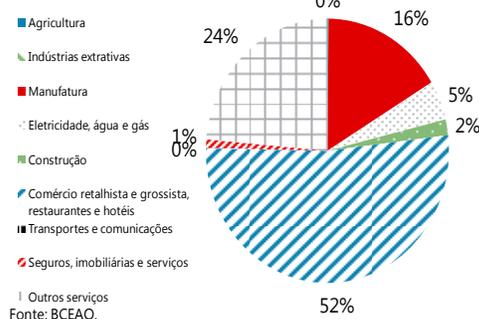
**Indicadores de lucros e rentabilidade, dezembro de 2013**



Fonte: BCEAO

Os rácios de créditos malparados são muito elevados, ...

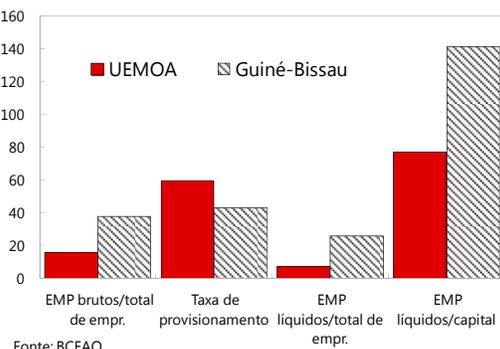
**GNB: Distrib. sectorial dos empr., junho de 2014 (Em percentagem dos empréstimos)**



Fonte: BCEAO.

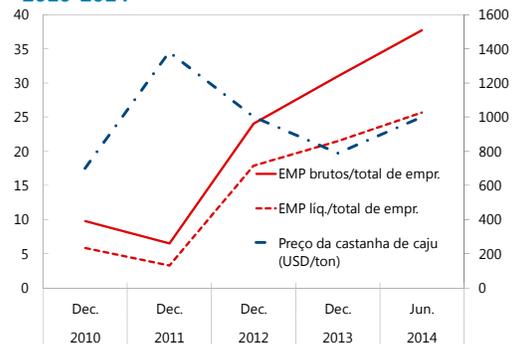
... em particular após o recente choque sobre o preço do principal produto da Guiné-Bissau.

**Empréstimos malparados, junho de 2014**



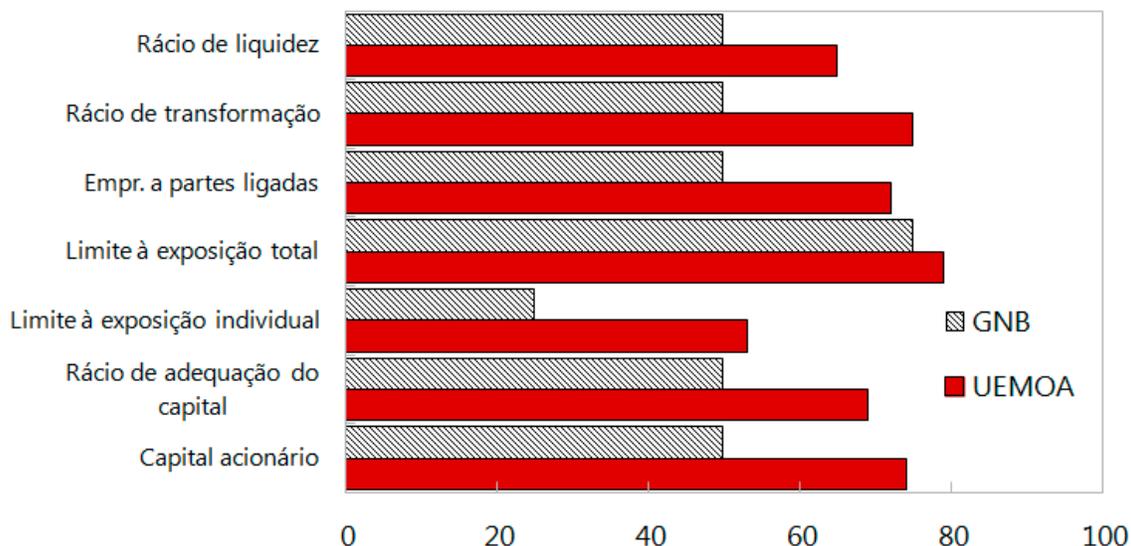
Fonte: BCEAO

**Empr. malparados e preços da castanha de caju, 2010-2014**



Fonte: BCEAO

**Figura 2. Conformidade com as Principais Normas Prudenciais, junho de 2014**  
(Em percentagem de bancos)



Fonte: BCEAO.

Capital acionário: capital acionário mínimo de FCFA 5 mil milhões. Rácio de adequação do capital: rácio mínimo entre o capital regulamentar e os ativos ponderados pelo risco, 8%. Limite de exposição individual: exposição a um único tomador ou a um grupo de tomadores ligados, não superior a 75% do capital regulamentar. Limite de exposição total: soma de todas as exposições ponderadas pelo risco, cada uma superior a 25% do capital regulamentar, não superior a 8 vezes o capital regulamentar. Empréstimos a partes ligadas: total de empréstimos a partes ligadas, não superior a 20% do capital regulamentar. Rácio de transformação: rácio dos fundos a longo prazo (capital e depósitos e passivos a longo prazo) sobre os usos de fundos a longo prazo (investimentos em imóveis, ações e participações, além de empréstimos e ativos a longo prazo), mínimo de 50%. Rácio de liquidez: rácio entre os ativos de curto prazo e passivos de curto prazo, mínimo de 75%.

## B. Profundidade do Crédito ao Sector Privado

**6. O crescimento do crédito ao sector privado abrandou recentemente, não obstante aumento substancial na intermediação** (Figura 3). Embora o crescimento do crédito à economia esteja numa tendência ascendente desde 2004, diminuiu acentuadamente em 2012, em consequência da incerteza política após o golpe de Estado e das dificuldades do sector do caju devido à descida dos preços internacionais do caju; o crescimento do crédito passou para valores negativos em 2013 com o choque adicional sobre os preços do caju. Os bancos comerciais entendem o risco de crédito como muito elevado e consideram os investimentos em títulos de dívida pública da UEMOA ou a detenção da sua liquidez no BCEAO como uma opção mais segura.

**7. O rácio de crédito ao sector privado relativamente ao PIB permanece abaixo do nível implícito nos fundamentos da Guiné-Bissau** (Figura 4). Seguindo a metodologia em Al Hussainy (2011) e Barajas *et al.* (2013), esta nota calcula um rácio de referência do crédito ao sector privado relativamente ao PIB com base numa série de fatores estruturais num painel de mais de 120 países

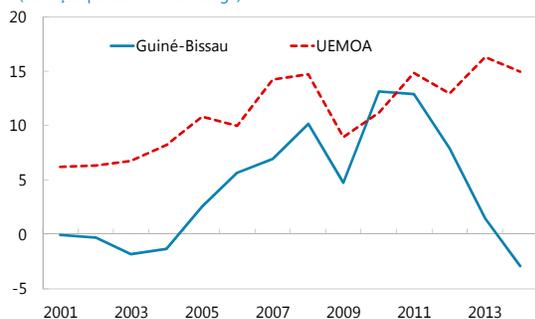
emergentes e em desenvolvimento para o período de 1986 a 2013.<sup>3</sup> Os valores ajustados destas regressões servem como referência do sector privado face ao PIB. No caso da Guiné-Bissau, este nível de referência é muito superior ao nível atual de crédito privado em percentagem do PIB, o que implica que a profundidade financeira está desfasada em relação ao nível implícito nas características estruturais do país.

**Figura 3. Crescimento do Sector Privado e Intermediação Financeira**

*O crescimento do crédito ao sector privado diminuiu recentemente e diverge da trajetória média regional, ...*

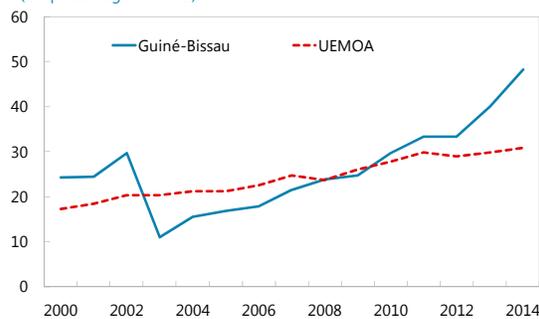
*... apesar do aumento da intermediação financeira.*

**Crescimento do crédito ao sector privado**  
(Variação percentual homóloga)



Fontes: BCEAO e estimativas do corpo técnico do FMI.

**Moeda em sentido lato, 2000-2014**  
(Em percentagem do PIB)

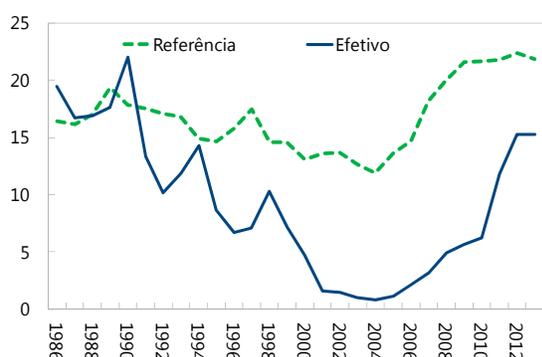


Fontes: BCEAO e estimativas do corpo técnico do FMI.

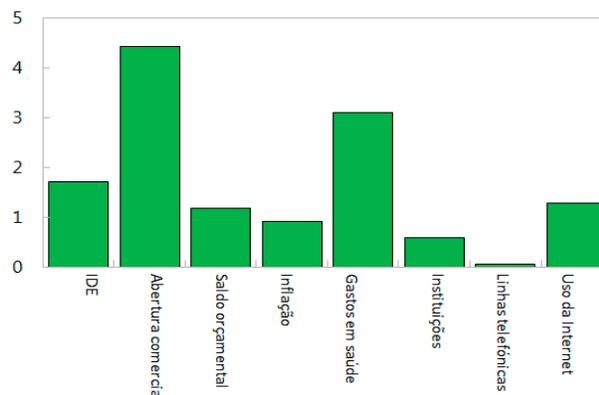
**8. Uma série de políticas poderia ajudar a Guiné-Bissau a aumentar o crédito ao sector privado face à referência** (Figura 5, Tabela 1). Uma regressão do hiato financeiro (crédito efetivo ao sector privado relativamente ao PIB menos a sua referência) em relação às variáveis macroeconómicas, institucionais e políticas ajuda a identificar os impulsionadores dos desvios à referência para 2004-2013. A Tabela 1 realça os fatores que ajudam a aumentar o crédito ao sector privado relativamente à referência (ver também FMI 2015b, inspirado por Barajas *et al.* 2013). Para avaliar o impacto de alterações viáveis aos fatores subjacentes, a Figura 5 indica a redução implícita no hiato financeiro se, mantendo constantes todas as outras variáveis, os fatores subjacentes fossem definidos no nível do país da UEMOA com o melhor historial em cada categoria. Embora a casualidade seja difícil de estabelecer neste exercício e os efeitos representem principalmente associações, o aumento da abertura comercial, a despesa (social) com saúde, fluxos de IDE e uma infraestrutura melhorada no país da UEMOA com melhor desempenho poderia estreitar o hiato financeiro em 4,5, 3, 1,75 e 1,25 pontos percentuais, respetivamente.

<sup>3</sup> Calcula a regressão do rácio do crédito ao sector privado face ao PIB com base em: i) o logaritmo do PIB per capita e a sua raiz quadrada, ii) o logaritmo da população como representação da dimensão do mercado, iii) o logaritmo da densidade populacional como representação da facilidade de provisão de serviços, iv) o logaritmo do rácio de dependência dos idosos para explicar as tendências demográficas e o comportamento de poupança relacionado, v) um modelo de exportadores de petróleo e modelos temporais para controlar os fatores globais.

**Figura 4. Guiné-Bissau: Crédito Efetivo e Implícito ao Sector Privado**  
(Em percentagem do PIB)



**Figura 5. Fatores que Colmatam o Hiato Financeiro** (Aumento do ajuste de cada fator ao país com melhor desempenho na UEMOA em 2013)



**Tabela 1. Determinantes dos Hiatos de Inclusão Financeira, 2004-2013**

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
<b>Ambiente económico</b>					
Crescimento	-0,004 *** (-3.08)				-0,004 *** (-3.04)
Taxa dos fundos federais dos EUA <sup>1</sup>	0,003 (0.69)				0,008 ** (2.17)
<b>Orientação externa</b>					
IDE/PIB		0,002 *** (2.92)			0,002 *** (3.17)
Abertura comercial		0,209 *** (3.49)			0,217 *** (3.40)
Controlos de capital		0,076 *** (3.96)			0,115 *** (5.73)
<b>Políticas</b>					
Saldo orçamental (corr. das var. cíclicas)/PIB			-0,185 ** (-2.16)		-0,247 ** (-2.52)
Inflação			-0,004 *** (-5.50)		-0,003 *** (-4.48)
Regime cambial			0,007 (1.15)		
Gastos com saúde/PIB			1,575 *** (3.61)		1,202 *** (2.57)
<b>Instituições e infraestruturas</b>					
Instituições (ICRG)				0,295 *** (4.38)	0,234 *** (3.14)
Linhas telefónicas				0,000 *** (11.44)	0,000 *** (-11.74)
Uso da Internet				0,001 ** (2.01)	0,001 * (1.75)
Abrangência da informação de crédito				-0,002 (-0.69)	
Constante	0,019 * (1.76)	-0,119 *** (-5.03)	-0,033 (-1.17)	-0,183 *** (-5.74)	-0,308 *** (-7.38)
Número de observações	1055	1055	1055	1055	1055
R-quadrado	0,01	0,04	0,04	0,09	0,18

<sup>1</sup> Representa o ambiente externo.

Estatísticas t robustas entre parênteses; níveis de significância a 10% (\*), 5% (\*\*) e 1% (\*\*\*), respetivamente.

## C. Acesso aos Serviços Financeiros

### 9. O acesso financeiro na Guiné-Bissau é baixo de acordo com a maioria das medidas.

A Figura 6 compara diferentes indicadores de acesso financeiro na Guiné-Bissau face a outros países e grupos da UEMOA de crescimento rápido e a países de referência asiáticos.<sup>4</sup> Demonstra que:

- A provisão de infraestrutura financeira básica, tal como a densidade de caixas multibanco e o número de filiais bancárias na Guiné-Bissau é, em média, inferior à UEMOA – ela própria atrasada relativamente a outros grupos de referência.
- O número de pessoas com depósitos em bancos comerciais é baixo. Somente cerca de 6 por cento dos adultos da Guiné-Bissau tinham depósitos junto de um banco comercial em 2013, comparativamente a cerca de 13 por cento na UEMOA e a cerca de 30 por cento nos países de referência africanos de crescimento rápido. No entanto, a recente iniciativa do Governo para realizar os pagamentos de todos os salários dos funcionários públicos através do sistema bancário aumenta consideravelmente o número de adultos com uma conta bancária e pode levar a um aumento do número de depositantes, bem como de empréstimos, ao longo do tempo.
- Os depósitos em percentagem do PIB são também inferiores à média da UEMOA, observando-se atualmente níveis de depósitos mais baixos somente na Nigéria. Ascendendo a 17 por cento do PIB, os empréstimos por liquidar de bancos comerciais são os mais baixos da região.

**10. A contribuição do sector bancário para os programas de investimento das empresas também parece limitada** (Figura 7). No que se refere aos anos mais recentes disponíveis (2006), os inquéritos às empresas indicam que, embora mais de metade das empresas na Guiné-Bissau disponha de uma conta bancária, menos de 5 por cento das empresas detêm um empréstimo ou uma linha de crédito por comparação com menos de 30 por cento na maioria dos países da UEMOA. A maioria dos empréstimos requer níveis elevados de garantias e a aceitação de ativos locais é, muitas vezes, problemática. Os empréstimos dos bancos constituem apenas uma pequena fração do financiamento do investimento das empresas, ao passo que os fundos próprios parecem ser a fonte dominante de financiamento dos investimentos. O mais recente inquérito às empresas confirma este cenário, tendo a maioria dos inquiridos identificado o acesso financeiro como uma das principais limitações aos seus negócios, em particular se operarem na indústria transformadora.

**11. As taxas de empréstimo dos bancos comerciais permanecem elevadas mas em linha com as médias regionais e com variação relativamente pequena entre bancos; uma melhor execução de contratos ajudaria a diminuir as taxas** (Figura 8). A taxa média de referência e a taxa máxima de empréstimo nos bancos da Guiné-Bissau situaram-se em 9,5 por cento e 14 por cento, respetivamente, em dezembro de 2014, em linha com a média da UEMOA. No entanto, a variação destas taxas entre bancos tem sido inferior à de outros países da UEMOA, devido, provavelmente, ao número limitado de bancos no país. Uma melhor execução de contratos, tal como a possibilidade de recuperação mais rápida de garantias, poderá ajudar a diminuir estas taxas.

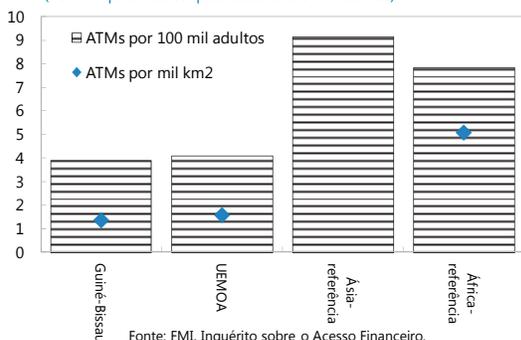
<sup>4</sup> As médias ou faixas da UEMOA são fornecidas para a maioria dos indicadores. As referências mais ambiciosas incluem o Gana, Lesoto, Quênia, Ruanda, Tanzânia, Uganda e Zâmbia em África e o Bangladesh, Camboja, Índia, Laos, Nepal e Vietname na Ásia.

**Figura 6. Acesso aos Serviços Financeiros**

O grau de penetração das caixas multibanco está em linha com outros países da UEMOA, mas é baixo face a referências mais ambiciosas.

**Número de caixas multibanco (ATMs), 2013**

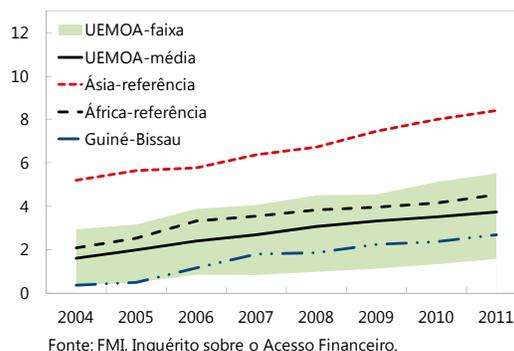
(Por mil quilómetros quadrados e 100 mil adultos)



Embora em crescimento, o número de filiais bancárias permanece comparativamente baixo.

**Filiais dos bancos comerciais**

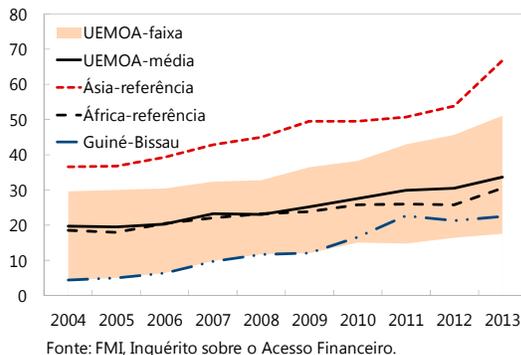
(Por 100 mil adultos)



A parcela de população com depósitos junto aos bancos comerciais aumentou, mas mantém-se entre as mais baixas na região.

**Depósitos nos bancos comerciais**

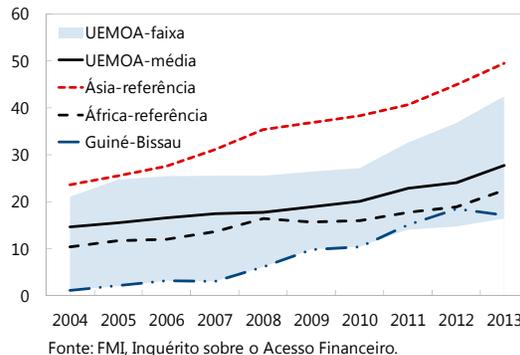
(Em percentagem do PIB)



Os empréstimos por liquidar são inferiores a qualquer outro país da UEMOA.

**Empréstimos dos bancos comerciais**

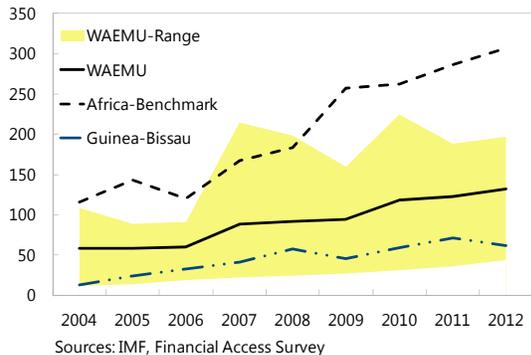
(Em percentagem do PIB)



Somente cerca de 6 por cento dos adultos são depositantes junto aos bancos comerciais, o menor valor entre países comparáveis, ...

**Depositors with Commercial Banks**

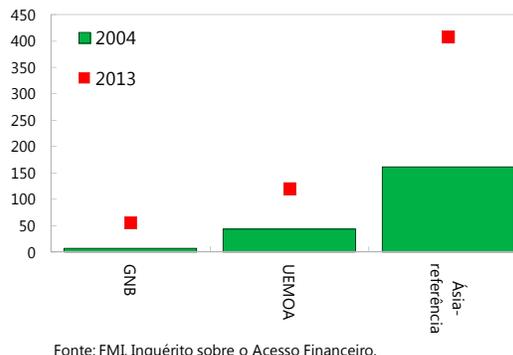
(Per 1000 Adults)



... e o rácio é ainda inferior no caso das famílias.

**Famílias com depósitos nos bancos comerciais**

(Por mil adultos)

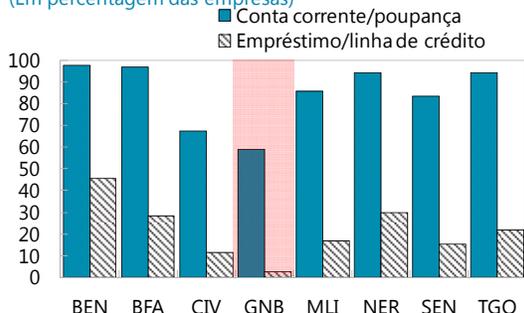


**Figura 7. Acesso das Empresas aos Serviços Financeiros**

Embora a maioria das empresas tenha conta bancária, o acesso ao crédito é negligenciável e o mais baixo na região.

**Empresas com contas ou crédito\***

(Em percentagem das empresas)



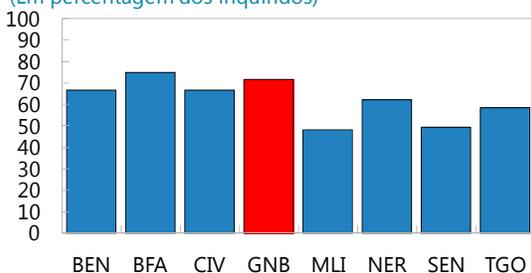
Fonte: Banco Mundial, Inquéritos às Empresas.

\*GNB: 2006, outros países: últimos dados disponíveis.

As empresas identificam o acesso financeiro como uma das principais limitações...

**% das empresas que identificam o acesso ao financiamento como uma das principais limitações\***

(Em percentagem dos inquiridos)



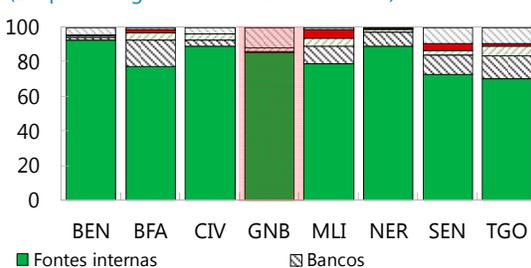
Fonte: Banco Mundial, Inquéritos às Empresas.

\*GNB: 2006, outros países: últimos dados disponíveis.

Comparativamente a outros países na região, a maioria do financiamento de investimento é gerada através de fontes internas na Guiné-Bissau, ...

**Fontes de financiamento do investimento\***

(Em percentagem do montante investido)



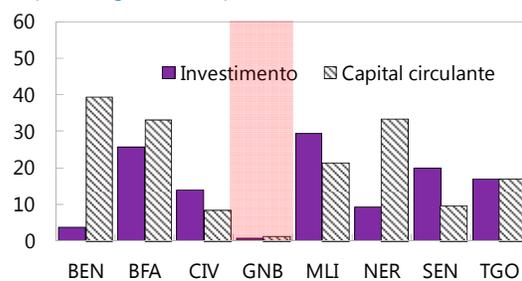
Fonte: Banco Mundial, Inquéritos às Empresas.

\*GNB: 2006, outros países: últimos dados disponíveis.

Praticamente nenhuma empresa recorre à banca para financiar o investimento ou o capital circulante.

**Empresas que utilizam a banca para financiar o investimento ou o capital circulante\***

(Em percentagem das empresas)



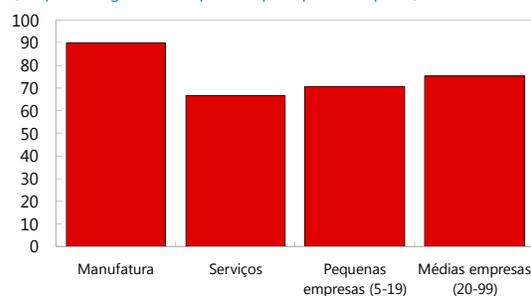
Fonte: Banco Mundial, Inquéritos às Empresas.

\*GNB: 2006, outros países: últimos dados disponíveis.

... em especial na indústria transformadora.

**Guiné-Bissau: % das empresas que identificam o acesso ao financiamento como uma das principais limitações**

(Em percentagem dos inquiridos, por tipo de empresa)

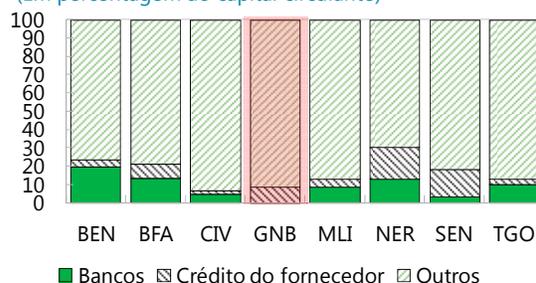


Fonte: Banco Mundial, Inquéritos às Empresas, 2006.

...ao passo que a quantidade de capital circulante obtido através dos bancos foi inferior a 1 por cento.

**Fontes de capital circulante\***

(Em percentagem do capital circulante)



Fonte: Banco Mundial, Inquéritos às Empresas.

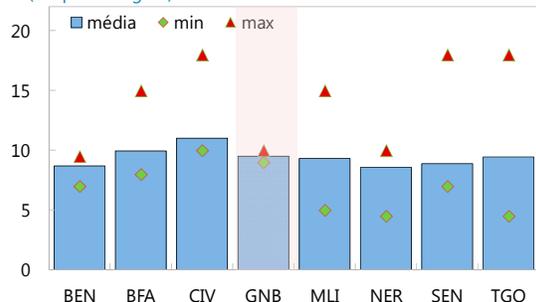
\*GNB: 2006, outros países: últimos dados disponíveis.

**Figura 8. Custo do Crédito na Guiné-Bissau**

A taxa média preferencial de empréstimos e a taxa máxima de empréstimo dos bancos são similares às cobradas noutros países da UEMOA. A variação de taxas entre bancos é, contudo, inferior na Guiné-Bissau do que no resto da região.

**Taxas de referência, dezembro de 2014\***

(Em percentagem)

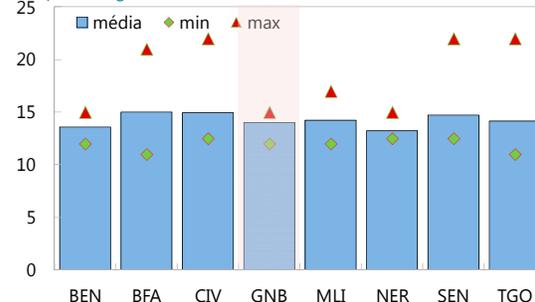


Fonte: BCEAO

\*min e max refere-se às taxas de referência mais baixa e mais alta cobradas no respetivo país a nível da banca.

**Taxas máximas de empréstimo, dezembro de 2014\***

(Em percentagem)



Fonte: BCEAO

\*min e max refere-se às taxas mais baixa e mais alta cobradas no respetivo país a nível da banca.

**12. No curto prazo, os serviços de pagamentos móveis podem ajudar a aumentar a inclusão financeira**

(Figura 9, Caixas 1 e 2). Embora o contacto direto com a infraestrutura financeira permaneça baixo, em particular para as camadas mais vulneráveis da população, a penetração do telemóvel aumentou rapidamente nos últimos anos. Tendo em conta que as taxas de assinatura devem ser descontadas uma vez que os assinantes na Guiné-Bissau possuem, em média, dois cartões SIM (Banco Mundial, 2014b), números recentes sugerem que cerca de 36 por cento da população possui, pelo menos, um cartão SIM. Atualmente, na Guiné-Bissau, operam dois fornecedores de pagamentos móveis, com igual quota de mercado. O desenvolvimento de serviços financeiros móveis pode, assim, servir como meio para aumentar a inclusão financeira da população sem banco. Além disso, a dimensão das remessas na Guiné-Bissau sugere um mercado considerável para pagamentos móveis transfronteiras. A Caixa 1 sintetiza os principais pilares do sucesso do M-Pesa no Quênia, tal como um uso económico e flexível de tecnologia, um ambiente macroeconómico favorável, infraestrutura bancária preexistente, apoio do Banco Central e medidas de gestão de risco.

**13. A Caixa 2 aponta os principais meios para mitigar o risco relacionado aos pagamentos móveis através do estabelecimento de um quadro de supervisão.**

Estes incluem requisitos mínimos de entrada no sector, controlos de integridade financeira, salvaguarda de fundos, resiliência operacional e estabilidade do sistema de pagamentos.

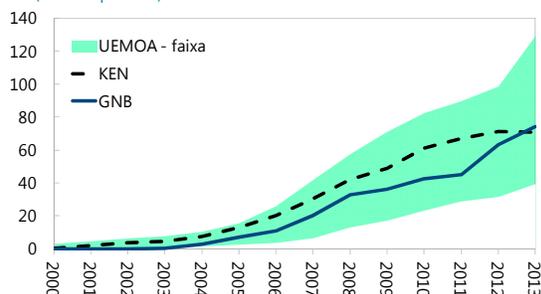
**Figura 9. O Potencial dos Pagamentos Móveis**

A penetração dos telemóveis aumentou acentuadamente nos últimos anos...

...e o mercado de pagamentos transfronteiras é significativo.

#### Assinaturas de telemóveis

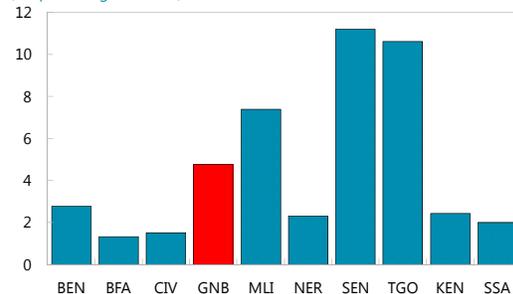
(Por 100 pessoas)



Fonte: Indicadores do Desenvolvimento Mundial 2014.

#### Remessas pessoais, 2012 ou últimos dados disponíveis

(Em percentagem do PIB)



Fonte: Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

### Caixa 1. Expandir os Pagamentos Móveis: Experiência do M-PESA no Quênia

(com base em FMI, 2012)

A rápida propagação do M-Pesa após a sua introdução no Quênia em 2007 ajudou a reduzir os custos das transações, facilitou a transação pessoal e contribuiu para a utilização de serviços de intermediários financeiros. Com base em FMI (2012), esta caixa sintetiza as principais determinantes do sucesso do M-Pesa, bem como questões de gestão de risco.

**Determinantes do sucesso do M-Pesa.** Embora a rápida expansão da utilização dos telemóveis tenha contribuído para o sucesso dos desenvolvimentos do sector, é provável que os seguintes fatores estruturais o tenham tornado possível:

- *Uso económico e flexível de tecnologia.* A presença generalizada da Safaricom trouxe consigo uma grande rede de revendedores de tempo de comunicação que se tornaram agentes do M-Pesa. Com base nas localizações físicas, os agentes estão organizados em grupos com ou sem um agregador centralizado, tal como um banco.
- *Ambiente macroeconómico.* Reservas excedentárias invulgarmente elevadas detidas pelos bancos comerciais junto do banco central levaram à procura de linhas de negócio alternativas.
- *Infraestrutura bancária.* A crescente disponibilidade de filiais bancárias favoreceu as transferências com base em telemóveis.
- *Políticas do Governo.* O Banco Central do Quênia (CBK) permitiu à Safaricom operar o M-Pesa como um sistema de pagamentos paralelo, requerendo apenas que os fundos do cliente fossem depositados numa instituição financeira regulamentada, ao passo que os depósitos e juros obtidos da Safaricom são colocados numa conta fiduciária sem fins lucrativos. O CBK também introduziu limites às dimensões das transações para mitigar os riscos de branqueamento de capitais.

**Questões de gestão de risco.** O aconselhamento do FMI relativo à prevenção de risco do M-Pesa e as medidas tomadas incluíram:

- *Uma formalização das operações do M-Pesa na Lei Nacional relativa aos Sistemas de Pagamentos* para assegurar a base jurídica às operações do M-Pesa e garantir a proteção do consumidor, mesmo quando não associadas a uma conta de depósito.
- *Cobertura dos riscos operacionais* através de regulamentos que abordem pormenorizadamente as capacidades tecnológicas e processos de controlo para assegurar a segurança.
- *Incorporação explícita de riscos de crédito, de liquidez e operacionais associados às transferências M-Pesa relativos a instituições de microfinanciamento, bem como para proteção do consumidor.*
- *Monitorização estreita dos riscos relacionados com os pagamentos móveis transfronteiras.*

## Caixa 2. Componentes de um Quadro de Supervisão de Pagamentos Móveis (de FMI 2015b)

**Os serviços de pagamentos móveis promovem a inclusão financeira, mas envolvem uma série de riscos que podem ser mitigados por um quadro de supervisão com as seguintes componentes:**

- *Requisito mínimo de entrada no sector.* Requisitos de entrada, tais como requisitos mínimos de capital para prestadores de serviços móveis não bancários, podem ajudar a reduzir o risco de incumprimento porque os operadores terão de demonstrar que dispõem de capacidade financeira para fornecer os serviços de pagamentos móveis. Essa proteção é particularmente importante tendo em conta que os serviços de pagamentos móveis se dirigem sobretudo às camadas mais vulneráveis da população.
- *Controlos de integridade financeira.* Os pagamentos móveis podem aumentar a complexidade dos pagamentos e dar origem a riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo. Por conseguinte, estes serviços devem ser sujeitos a supervisão adequada ao nível do combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) baseada no risco por parte da Comissão Bancária da UEMOA. Os seus fornecedores devem implementar eficazmente medidas preventivas de CBC/FT e reportar transações suspeitas às unidades de inteligência financeira.
- *Salvaguarda de fundos.* Uma vez que os serviços de pagamentos móveis se destinam maioritariamente a pessoas no limiar mais baixo da distribuição de rendimentos devem incluir alguma forma de garantia ou seguro para cobrir fundos em caso de incumprimento do fornecedor de serviços financeiros móveis. Tal garantia pode ser sob a forma de cobertura de companhias de seguros ou da inclusão desses serviços no âmbito de sistemas de seguro de depósito aplicáveis nalguns países. Para a Guiné-Bissau, isso implica a necessidade de desenvolver um sistema de seguro de depósito.
- *Resiliência operacional.* Os serviços de pagamentos móveis podem envolver riscos operacionais consideráveis, em particular quando funcionam numa infraestrutura fraca ou limitada. Por conseguinte, os planos de recuperação de desastres dos fornecedores de pagamentos móveis devem ser regularmente testados quanto à sua viabilidade e eficácia.
- *Estabilidade do sistema de pagamentos.* O elevado número de transações associado aos pagamentos móveis pode criar risco de liquidação que se pode traduzir em riscos de liquidez e de crédito, ambos afetando potencialmente a estabilidade financeira. Por isso, os serviços de pagamentos móveis, em particular os realizados por entidades não bancárias, devem ser sujeitos a um sistema de compensação e liquidação muito robusto, aproveitando o sistema usado para transações bancárias.

**14. No médio prazo, serão necessárias melhorias no ambiente jurídico e de negócios para melhorar o acesso a serviços financeiros** (Figura 10). As autoridades têm de abordar as questões de transparência fraca, ambientes judiciais e de negócios subdesenvolvidos, competências financeiras limitadas e tributação distorcida (tal como a isenção fiscal sobre as receitas de juros de títulos de dívida pública, ao passo que outras receitas de juros não estão isentas), regimes prudenciais subaproveitados e complacência regulamentar, que continuam a ser os principais obstáculos ao desenvolvimento do sector financeiro. Menores requisitos de garantias decorrentes de um melhor ambiente jurídico e maiores normas contabilísticas podem aumentar o acesso das empresas ao financiamento e fomentar o investimento e o PIB.

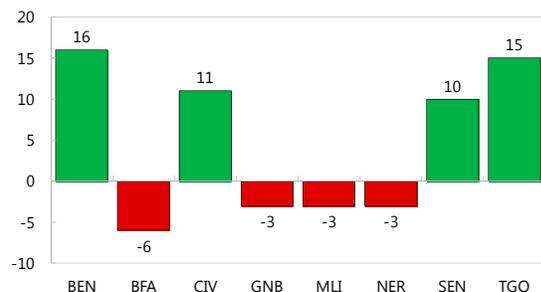
**Figura 10. Facilidade de Fazer Negócios (Doing Business)**

A classificação da Guiné-Bissau no índice Doing Business deteriorou-se entre 2013 e 2014, ...

... sendo a pior classificação da UEMOA, com apenas 10 países classificados como tendo um ambiente de negócios menos favorável.

**Melhoria no Índice Doing Business**

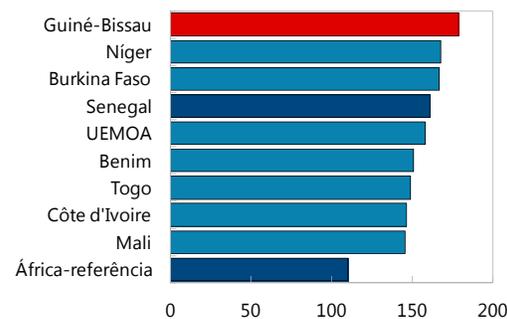
(Número de posições)



Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2015.

**Índice Doing Business 2015**

(Posição entre 189 economias)



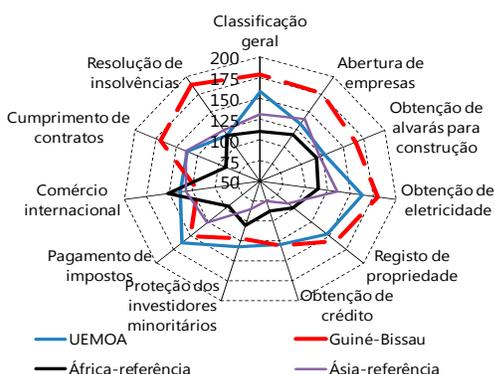
Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2015

A execução de contratos, o acesso à eletricidade e a abertura de empresas representam problemas particulares ...

... e a cobertura dos registos de crédito é baixa.

**Índice Doing Business 2015**

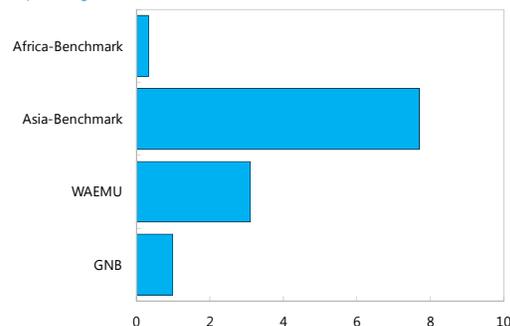
(Posição entre 189 economias)



Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2015.

**Cobertura das centrais de registo de crédito**

(Em percentagem dos adultos)



Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2015.

**D. Conclusões**

**15. Os grandes desafios no sector financeiro da Guiné-Bissau requerem uma atenção no curto e médio prazo.** O sector financeiro da Guiné-Bissau permanece superficial, o acesso aos serviços financeiros é baixo e o sector bancário contribui apenas em termos marginais para os programas de investimento das empresas. Para abordar estes desafios no curto e médio prazo, são necessárias medidas em várias frentes, em particular:

- *Estabilidade.* As questões da estabilidade financeira têm de ser abordadas a nível nacional e regional. Por exemplo, a conformidade com e a aplicação dos principais rácios prudenciais têm de melhorar a nível regional, e a apresentação atempada de dados pelas filiais nacionais do BCEAO às autoridades de supervisão é fundamental a este respeito.

- *Aprofundamento.* A despesa social e investimentos em infraestrutura serão essenciais para aprofundar o mercado financeiro.
- *Inclusão.* Uma maior inclusão financeira no médio prazo irá requerer grandes melhorias no ambiente de negócios e na literacia financeira, ao passo que a utilização de serviços de pagamentos móveis poderá tornar os serviços financeiros mais acessíveis a uma população mais vasta no curto prazo.

## Referências

- Arvanitis, Y. (2014); "Providing Banking Services in a Fragile Environment. Structure, Performance and Perspectives of the Banking Sector in Guinea-Bissau", West Africa Policy Note, Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento.
- Barajas, A., T. Beck, E. Dabla-Norris e S. R. Yousefi, (2013); "Too Cold, Too Hot, or Just Right? Assessing Financial Sector Development across the Globe", IMF Working Paper WP/13/81.
- Banco Mundial, 2014a, "Terra Ranca! A Fresh Start", Country Economic Memorandum, Report No. 58296-GW.
- Banco Mundial, 2014b, "Utilisation des Services de Téléphonie Mobile pour la Mise en Oeuvre du Projet « *Cash for Work* » de la Banque Mondiale en Guinée-Bissau", Apresentação, Dezembro, 2014.
- E. Al-Hussainy, A. Coppola, E. Feyen, A. Ize, K. Kibbuka e H. Ren, (2011); "A Ready-to-Use Tool to Benchmark Financial Sectors Across Countries and Over Time", FinStats 2011 (Washington, DC, Banco Mundial).
- FMI, 2012, "Enhancing Financial Sector Surveillance in Low Income Countries (LICs)—Case Studies", Supplement to IMF Policy Paper, Washington, DC.
- FMI, 2015a, "West African Economic and Monetary Union. Staff Report on Common Policies of Member Countries", inédito.
- FMI, 2015b, "West African Economic and Monetary Union. Staff Report on Common Policies of Member Countries—Selected Issues Paper".
- Groupe Spéciale Mobile Association, 2014; "State of the Industry 2013: Mobile Financial Services for the Unbanked", GSM Association.
- Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, 2013: "Financial Inclusion and Integration through Mobile Payments and Transfer".
- Khiaonarong, Tanai, 2014, "Oversight Issues in Mobile Payments", IMF Working Paper WP/14/123.
- Musuku, T. B., M. C. Malaguti, A. McEwan Mason e C. Pereira, (2011); "Lowering the Cost of Payments and Money Transfers in UEMOA", Africa trade policy notes (23), Washington, DC, Banco Mundial.

## DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA<sup>1</sup>

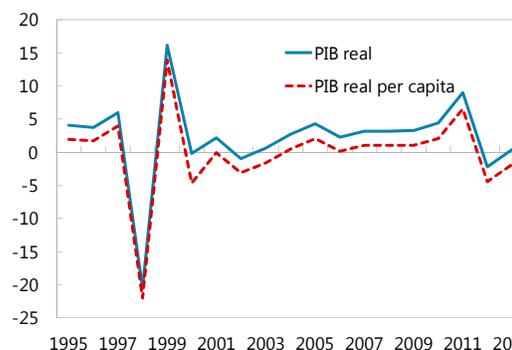
O crescimento na Guiné-Bissau tem sido decepcionante e altamente volátil. Com as exportações e o crédito aos bancos comerciais dominados pelo sector da castanha de caju, a Guiné-Bissau é altamente vulnerável a choques exógenos tais como flutuações nos preços internacionais do caju. A maioria da população do país está empregada na agricultura de baixa produtividade centrada na produção de caju, que substituiu a produção de arroz. Para reduzir a exposição da economia a choques, as políticas devem centrar-se em explorar medidas de “sucesso rápido” sobre a diversificação económica, tais como a reforma ou a extinção do FUNPI, no curto prazo. Para diversificar ainda mais a economia no médio a longo prazos, as políticas devem centrar-se no alívio das principais restrições em áreas-chave, como infraestrutura, educação e ambiente de negócios. Tendo em conta a importância do sector primário na Guiné-Bissau e a biodiversidade do país, as políticas económicas devem também orientar-se para atividades específicas, como o cultivo de arroz e a mineração, conforme previsto no plano estratégico do Governo.

### A. Crescimento, Volatilidade e Produtividade

#### 1. O crescimento na Guiné-Bissau tem sido fraco e altamente volátil nas últimas décadas

(Figura 1). De 1995 a 2014, o PIB real cresceu, em média, 2,3 por cento ao ano, conduzindo o PIB real per capita do país para um nível mais baixo em 2014 do que há duas décadas. Além disso, o desempenho da Guiné-Bissau em termos de crescimento tem sido caracterizado por grande volatilidade: A Figura 1 salienta o efeito catastrófico mais notável da guerra civil (1998-1999), mas também outros episódios de instabilidade, como através das tentativas ou da concretização de golpes militares (ver a Secção 1 sobre o custo da fragilidade). O país permanece vulnerável a choques exógenos, tais como flutuações dos preços internacionais do caju, que se somam ao efeito negativo para o crescimento decorrente do golpe de 2012.

**Figura 1. Guiné-Bissau: Crescimento Real (percentagem)**



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas do corpo técnico do FMI.

**2. A baixa acumulação de capital físico e humano e de produtividade total dos fatores representam grande obstáculos ao crescimento** (Figura 2). Na Figura 2, a taxa de crescimento real da Guiné-Bissau é decomposta em contribuições de capital, trabalho, educação e produtividade total dos fatores. Os “hiatos” dos fatores deste simples exercício sugerem que, embora as melhorias

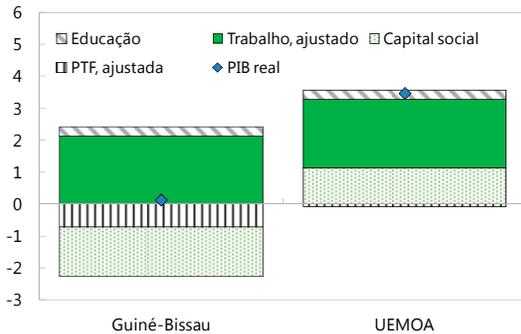
<sup>1</sup> Preparado por Monique Newiak. A Parte C desta Secção C baseia-se fortemente nas recomendações do Banco Mundial (2014) e do FMI (2014a).

na educação e o crescimento da força de trabalho tenham, em média, contribuído positivamente para o crescimento, o lento crescimento de capital e a produtividade total dos fatores têm representado um obstáculo importante à atividade económica, dado que o investimento enquanto percentagem do PIB tem sido menos de metade do observado noutros países da UEMOA. O desempenho da Guiné-Bissau na avaliação do seu ambiente de negócios é fraco, e o acesso a eletricidade, abertura de empresas e execução de contratos representam desafios particulares. Enquanto as medidas de educação básica, tais como taxa de alfabetização, são comparáveis às de outros países na região, são ainda baixas em termos absolutos, e a disparidade entre géneros na taxa de alfabetização é muito superior comparativamente aos países da África Subsariana e da Ásia, que alcançaram elevadas taxas de crescimento nas últimas décadas.

**Figura 2. Guiné-Bissau: Determinantes do Crescimento Económico**

*Baixo investimento e baixa produtividade limitaram fortemente o crescimento na Guiné-Bissau.*

**Contributo médio para a taxa de crescimento anual**  
(Em pontos percentuais, 1995-2012)

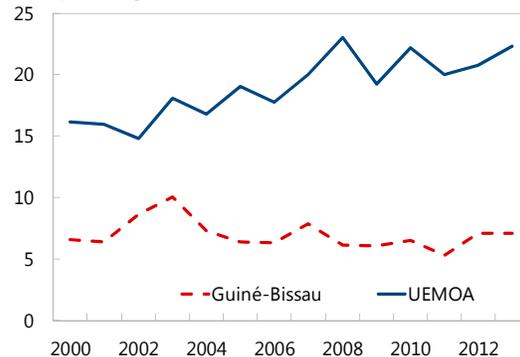


Fonte: FMI (2014).

*Os níveis de investimento têm sido baixos.*

**Investimento total, 2000-2013**

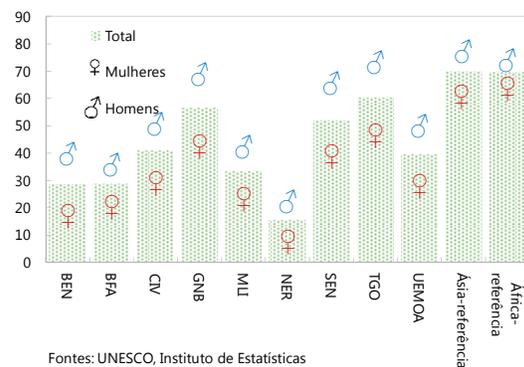
(Em percentagem do PIB)



Fontes: Base de dados do AFR, estimativas do corpo técnico.

*As taxas de alfabetização são superiores às da média da UEMOA, mas inferiores em comparação com outras referências.*

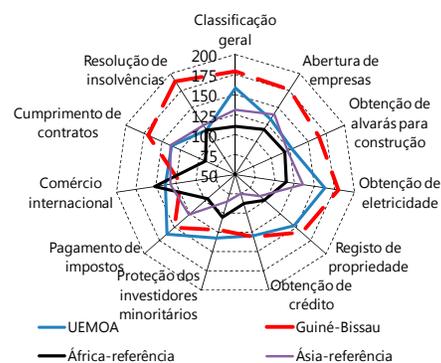
**Taxas de alfabetização de adultos, 2012 ou últimos dados disponíveis**  
(Em percentagem da população)



Fontes: UNESCO, Instituto de Estatísticas

*O ambiente de negócios continua difícil.*

**Índice Doing Business 2015**  
(Posição entre 189 economias)



Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2015.

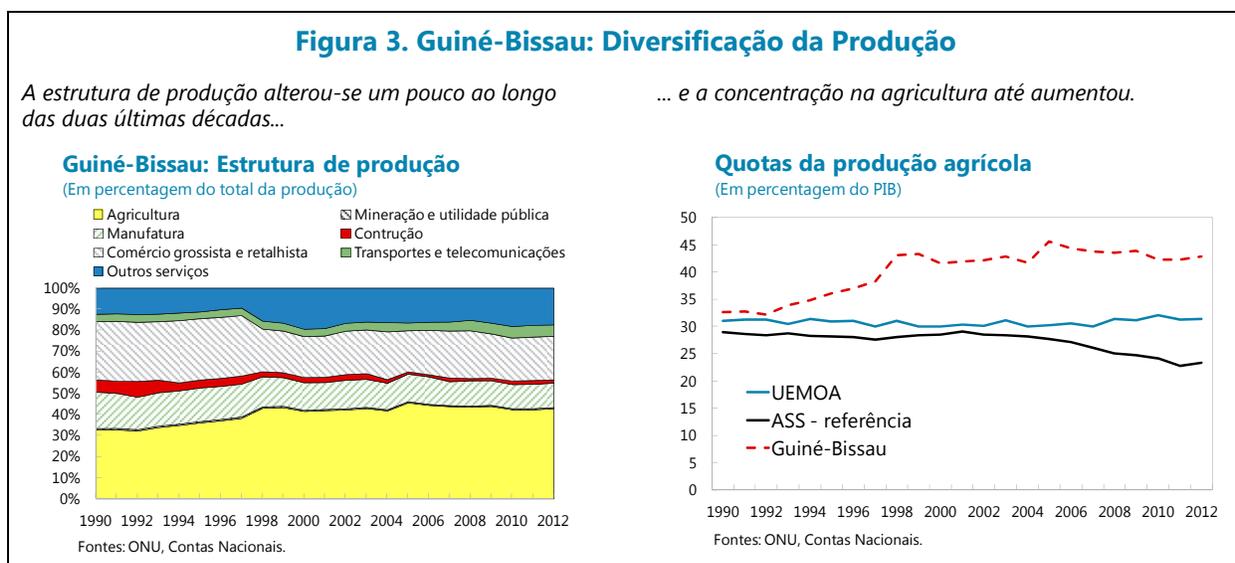
**3. São necessárias políticas para estimular o crescimento económico em várias frentes.**

Investimentos significativos para colmatar o hiato de capital e de infraestrutura do país são necessários para aumentar o crescimento económico no médio prazo. As políticas que visam o acesso, a qualidade e a inclusão da educação podem aumentar a contribuição do capital humano para o crescimento. As reformas na gestão das finanças públicas (GFP) e na governança podem melhorar a eficiência do investimento público e privado, e melhorias no ambiente de negócios, nomeadamente através de uma execução de contratos mais forte e do fornecimento de eletricidade mais eficiente e fiável, serão essenciais para aumentar a produtividade. O programa de emergência do Governo para restaurar a eletricidade através da contratação de uma empresa privada para instalar geradores operados a diesel demonstrou já um impacto positivo, mas investimentos significativos, conforme descrito no plano estratégico do Governo, e a reestruturação da EAGB, a empresa de eletricidade e água, serão fundamentais para melhorar a situação energética no médio prazo.

**B. Tendências Recentes na Estrutura da Produção e das Exportações**

**4. Não existem grandes evidências de mudança estrutural na Guiné-Bissau ao longo do tempo, em claro contraste com as economias de crescimento rápido da África Subariana.**

A Figura 3 salienta que a transformação estrutural da economia da Guiné-Bissau tem sido limitada, se não orientada para trás, com o crescimento dominante do sector agrícola, tendo mesmo a contribuição da indústria transformadora, da construção, bem como dos sectores grossista e retalhista diminuído um pouco nas últimas duas décadas. A quota do sector terciário, no entanto, aumentou ligeiramente desde meados de 1990. O aumento da quota do sector agrícola contrasta com a tendência observada na UEMOA, onde a quota se manteve estável, ainda mais por comparação com o grupo de referência dos países de crescimento rápido da África Subariana, nos quais o sector agrícola se tornou, em média, menos dominante desde 2000.



**5. A diversificação das exportações também diminuiu e a Guiné-Bissau tornou-se mais dependente dos seus parceiros de exportação dominantes** (Figura 4). A diversificação das exportações, conforme definida na Caixa 1, tem sido constante ao longo das últimas duas décadas na UEMOA, e aumentou fortemente nos países de crescimento rápido da África Subsaariana. Em contrapartida, as exportações tornaram-se mais concentradas na Guiné-Bissau, onde o caju representa 85 por cento a 99 por cento das exportações todos os anos. Os números mais recentes sobre a diversificação das exportações sugerem que a Guiné-Bissau tem a base de exportações menos diversificada da UEMOA. Além disso, as exportações tornaram-se cada vez mais concentradas para a Índia, onde se realiza o processamento da castanha de caju. Isto tem limitado o número de parceiros de exportação da Guiné-Bissau, ao passo que a diversificação nos parceiros de exportação aumentou nos países de referência.

**6. Em geral, a qualidade relativa das exportações diminuiu e as exportações são altamente concentradas em exportações de qualidade relativamente baixa** (Figura 5). Embora a qualidade da castanha de caju da Guiné-Bissau seja elevada, a maioria das castanhas é exportada não processada, sem melhoria relativa na qualidade da exportação ao longo da última década. O último painel na Figura 5 retrata a qualidade da exportação, conforme medida pelo valor unitário de exportação ajustado pelas diferenças no custo de produção, distância ao parceiro comercial e desenvolvimento dos países (Caixa 1), para os maiores sectores (CTCI de 2 dígitos) em cada país da UEMOA. Isso sugere que, enquanto alguns países foram bem sucedidos em alcançar uma elevada qualidade do produto em, pelo menos, um dos seus principais sectores de exportações, em muitos países, a concentração de exportações continua elevada em sectores de qualidade relativamente baixa. Este é o caso particular na Guiné-Bissau, onde as exportações estão concentradas em produtos de qualidade relativamente baixa.

**7. O aumento da diversificação e melhorar a qualidade poderiam contribuir para ganhos significativos em termos de crescimento e estabilidade.** Com base nas estimativas obtidas em FMI (2014a) relativamente a países de baixos rendimentos, aumentar a diversificação das exportações na Guiné-Bissau para os níveis observados na UEMOA ao longo do período de 2001 a 2010 poderia ter resultado num aumento da taxa média de crescimento real da Guiné-Bissau de cerca de 1 ponto percentual. Em um exercício hipotético que aumenta a diversificação na Guiné-Bissau para a dos países de crescimento rápido da África Subsaariana ou da Ásia, estima-se que estes ganhos fossem de cerca de 1,5 pontos percentuais.

### Caixa 1. Diversificação e Qualidade das Exportações

(FMI 2014a e Henn *et al.*, 2013)

**A diversificação do produto das exportações** é capturada pelo índice Theil que pode ser decomposto num subíndice “entre” e “dentro”:

$$\begin{aligned} \text{Índice Theil} &= \frac{1}{N} \sum_i^N \frac{\text{Valor de exportação}_i}{\text{Valor médio de exp.}} \cdot \ln \frac{\text{Valor de exportação}_i}{\text{Valor médio de exportação}} \\ &= \text{Theil}_{\text{entre}} + \text{Theil}_{\text{dentro}}, \end{aligned}$$

em que  $i$  é o índice de produto e  $N$  o número de produtos. O índice “entre” de Theil capta a *margem extensiva* da diversificação, ou seja, o número de produtos, ao passo que o índice “dentro” de Theil capta a margem intensiva (quotas de produto).

**Diversificação dos parceiros de exportação.** O índice de Theil está também disponível entre parceiros de exportação. Neste caso,  $i$  e  $N$  na relação acima representam o índice de parceiros de exportação e o número de parceiros de exportação, respetivamente.

**A qualidade da exportação** é medida pelo valor unitário de exportação ajustado pelas diferenças no custo de produção, distância relativa ao parceiro comercial e o desenvolvimento de um país através da seguinte relação:

$$\text{Preço de troca}_{mxt} = \alpha_0 + \alpha_1 \ln \text{qualidade observável}_{mxt} + \alpha_2 \ln \text{rend. c. p.}_{mxt} + \alpha_3 \ln \text{Distância}_{mxt} + \text{Erro}_{mxt}$$

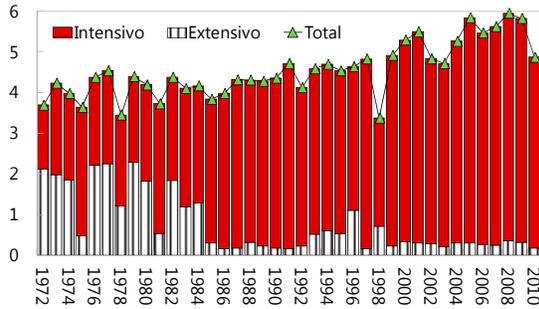
na qual os subelementos  $m$ ,  $x$  e  $t$  denotam o importador, o exportador e o período de tempo, respetivamente.

**Figura 4. Guiné-Bissau: Diversificação do Produto e Parceiros de Exportações**

As exportações tornaram-se mais concentradas na última década.

**Guiné-Bissau: Concentração de prod. de export.**

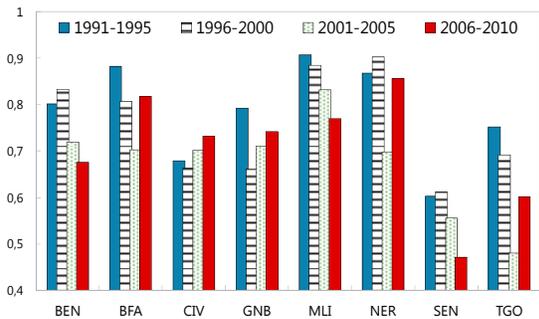
(Decomposição do índice Theil, menor valor=maior diversificação)



A participação dos principais produtos de exportação nas exportações totais na Guiné-Bissau aumentou ao longo das últimas duas décadas...

**Quota dos 3 principais prod. exp. no total das exp., 1991-2010**

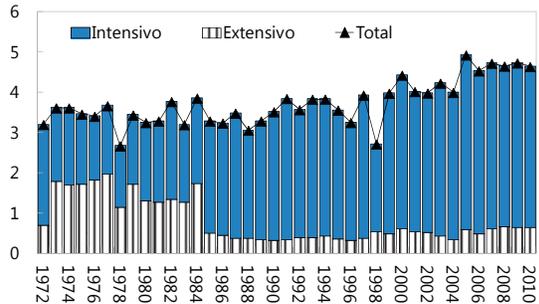
(Produtos de exportação medidos ao nível CTCI de dois dígitos)



A concentração entre os parceiros de exportação aumentou igualmente.

**Guiné-Bissau: Concentração entre os parceiros de export.**

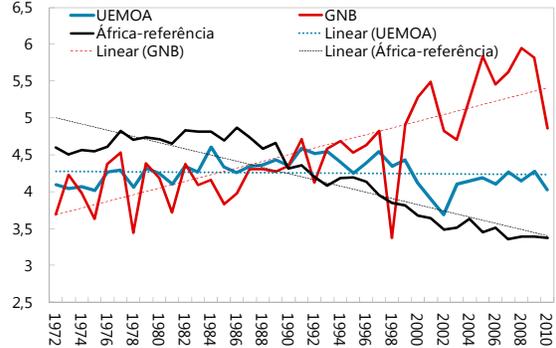
(Decomposição do índice Theil, menor valor=maior diversificação)



... em contraste com os países africanos de crescimento rápido onde as exportações se tornaram mais diversificadas com relativamente poucas medidas, em média, na UEMOA.

**Concentração de produtos de exportação**

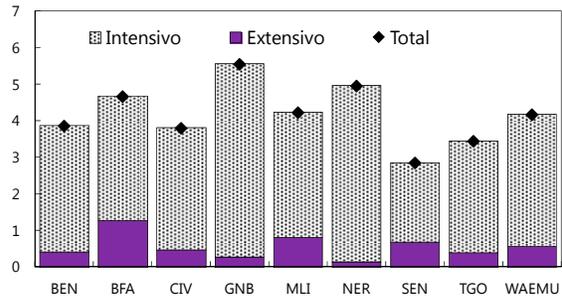
(Decomposição do índice Theil, menor valor=maior diversificação)



... e a Guiné-Bissau é a economia menos diversificada na região da UEMOA.

**Diversificação de produtos de exportação, 2006-2010**

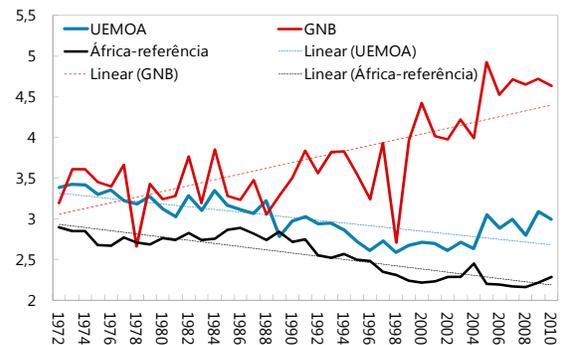
(Decomposição do índice Theil, menor valor=maior diversificação)



... em contraste com a UEMOA e países africanos de crescimento forte.

**Concentração entre os parceiros de exportação**

(Decomposição do índice Theil, menor valor=maior diversificação)



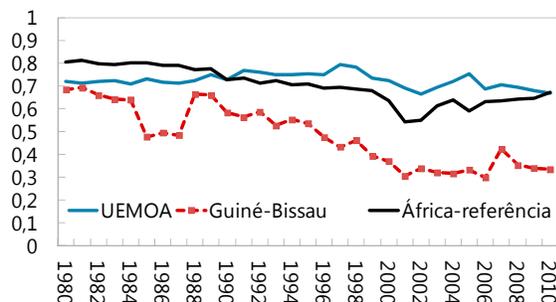
**Figura 5. Guiné-Bissau: Qualidade das Exportações**

A qualidade agrícola relativa tem sido inferior à da UEMOA e dos países africanos de crescimento rápido...

... à semelhança da qualidade das exportações de matérias-primas durante os períodos em análise.

**Qualidade agrícola**

(1 = 90 Percentil de todos os países)

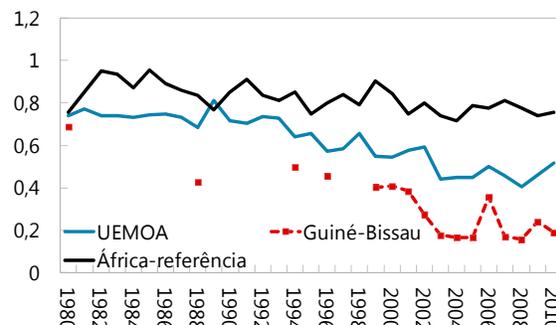


Source: IMF (2014a).

A qualidade dos produtos acabados não é, em geral, significativamente pior à da média da UEMOA.

**Qualidade das matérias-primas**

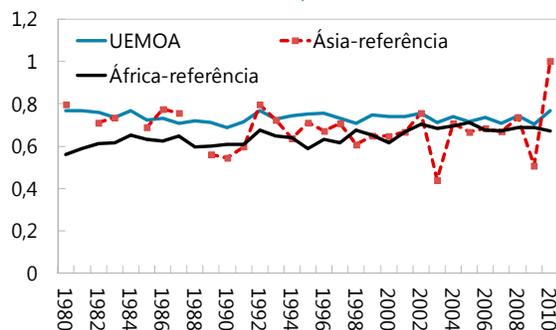
(1 = 90 Percentil de todos os países)



No entanto, as exportações são dominadas por produtos de qualidade relativamente baixa.

**Qualidade do fabrico**

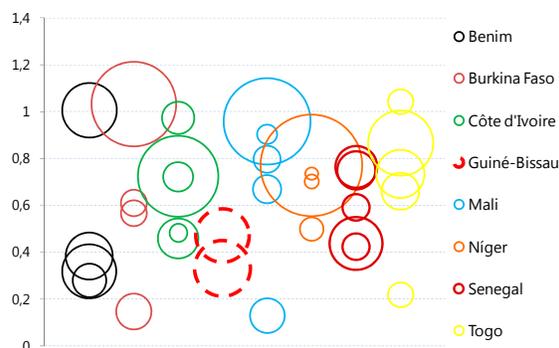
(1 = 90 Percentil de todos os países)



Fonte: Dados do FMI (2014a).

**Qualidade das exp. dos 5 maiores sectores de exp.**

(1=90 Percentil de qualidade de todos os países; Tamanho das bolhas é proporcional à quota do produto)



**C. Fomentar a Diversificação Económica na Guiné-Bissau**

**8. Para incentivar a diversificação, as políticas devem centrar-se em enfrentar as debilidades que prejudicam a entrada em novas linhas de atividade económica (Caixa 2; FMI 2014a).** As debilidades são muitas na Guiné-Bissau, em particular em termos de fornecimento de infraestrutura, do ambiente regulamentar e institucional, da acumulação de capital humano e da disponibilização de financiamento. Dados de comparações entre países e estudos de casos individuais sugerem que as políticas que visam estas áreas podem ter sucesso no fomento da transformação e diversificação estruturais, ao passo que a evidência é mais diversa no que se refere ao sucesso de medidas mais específicas orientadas para determinados sectores (Caixa 2). No entanto, tendo em conta o seu domínio em termos de contribuições para o PIB e para o emprego, bem como o potencial de melhorias de produtividade e de qualidade, o sector agrícola e, em particular, o sector da castanha de caju, requer uma atenção especial na Guiné-Bissau. Os parágrafos seguintes centram-se, por conseguinte, no sector do caju.

## Caixa 2. Reformas que Fomentam a Transformação Estrutural (com base em FMI 2014a)

Embora não exista nenhuma solução mágica para fomentar a transformação estrutural, as seguintes políticas gerais surgiram de estudos de casos nacionais de sucesso e de evidências entre países (FMI 2014a, FMI 2013). Várias destas políticas podem ser abordadas a nível nacional e regional:

- *Estabilidade macroeconómica.* No Vietname, Ruanda, Malásia e Tanzânia, o sucesso da diversificação coincidiu com políticas macroeconómicas mais fortes e um maior grau de estabilidade.
- *Entrada no mercado.* Barreiras reduzidas à entrada podem motivar os empreendedores a expandirem as suas atividades. No Vietname, a coletivização foi invertida, levando ao surgimento de um sector agrícola mais diverso. No Ruanda, um grande desinvestimento em empresas públicas estimulou a atividade do sector privado, e na Tanzânia, o desmantelamento do sistema de distribuição público afetou também positivamente os sectores privados. A liberalização do mercado da eletricidade foi igualmente associada a graus mais elevados de transformação estrutural.
- *Educação.* A educação tem sido associada a níveis mais elevados de diversificação e qualidade das exportações. No Vietname, os anos de ensino aumentaram em cerca de 50 por cento em apenas duas décadas. No Ruanda, o ensino foi alargado através de um nono ano para todos os estudantes.
- *Instituições e ambiente de negócios.* Henn *et al.* (2013) refere que um aumento de um desvio-padrão na qualidade institucional está associado a um aumento de 0,3 na melhoria da qualidade. No Bangladesh, a desburocratização esteve associada a grandes investimentos nas zonas francas industriais para a exportação.
- *Políticas industriais.* O apoio a indústrias específicas mostrou resultados diversos. Na Malásia e no Bangladesh, a orientação para indústrias específicas foi bem-sucedida, mas os sectores visados tornaram-se dominantes, diminuindo a diversificação das exportações. Nas economias dominadas pelos recursos naturais, contudo, essa orientação pode ajudar a diversificar a economia.

### “Sucessos Rápidos” no sector agrícola: Reformar o FUNPI

**9. Contexto: O fundo de desenvolvimento de agronegócios não conseguiu alcançar os seus objetivos (FMI, 2014c).** O FUNPI (Fundo para a Promoção da Industrialização dos Produtos Agrícolas) foi criado em 2011 para promover os agronegócios através do alívio das restrições ao financiamento num momento em que as exportações de caju da Guiné-Bissau estavam a alcançar níveis máximos históricos. Foi financiado pelas sobretaxas de cerca de USD 100 por tonelada de exportações de castanhas de caju em bruto, adicionais aos impostos sobre as exportações. No entanto, o FUNPI enfrentou grandes problemas de implementação:

- *A incerteza do nível de sobretaxas* todos os anos resultou em ineficiências devido à possibilidade limitada de planear a estação, ao comportamento especulativo em matéria de decisões financeiras, armazenagem e calendário de vendas.
- *Divergência da utilização dos fundos relativamente ao objetivo previsto.* As receitas do FUNPI foram parcialmente utilizadas pelo Governo de transição para aliviar a situação orçamental apertada.

- *Aumento da pobreza.* Os agricultores, a maioria dos quais é pobre, foram os mais sobrecarregados pela taxa regressiva do FUNPI, uma vez que o imposto foi repassado diretamente para eles.
- *Contrabando.* A criação da sobretaxa aumentou também o contrabando e, por conseguinte, as perdas de receitas, tendo o Banco Mundial estimado as perdas de receitas fiscais e taxas portuárias/custos de frete em USD 6,6 milhões (Banco Mundial, 2014).

**10. As autoridades concordaram com uma auditoria internacional ao FUNPI, cujo resultado irá ajudar a reestruturar ou a encerrar o Fundo.** Os resultados desta auditoria, a ser concluída em setembro de 2015 com a ajuda do Banco Mundial, estabelecerão os fundamentos para uma nova estratégia de promoção do sector da castanha de caju e de redução da pobreza nas áreas rurais. A extinção da taxa do FUNPI, em particular, aumentaria as receitas dos agricultores pobres e reduziria a pobreza e a pobreza extrema em 2 a 3 pontos percentuais, respetivamente. Em combinação com controlos aduaneiros melhorados, reduziria o contrabando, estimulando assim a base de receitas do Governo. Parceiros de desenvolvimento, como o Banco Mundial, estão também disponíveis para apoiar o sector do caju através de crédito, fundos de garantia e assistência técnica.

### **Estratégias de Médio Prazo<sup>2</sup>**

**11. Embora a expansão de outros sectores, como o arroz, a mineração e o turismo, seja essencial, o desenvolvimento de uma indústria de transformação do caju pode fomentar o emprego e a transformação estrutural.** De acordo com estimativas recentes do Banco Mundial, poderia-se criar um posto de trabalho, aproximadamente, para cada três toneladas de castanha de caju transformadas, sobretudo nas áreas rurais (Banco Mundial, 2014). A expansão do sector do caju para a transformação resultaria igualmente numa menor dependência da Índia, enquanto parceiro de exportações, e reduziria, assim, a vulnerabilidade da economia a choques através da diversificação dos destinos de exportação. Tendo em conta o atual hiato de infraestrutura, a transformação de caju poderia minimizar a pressão nas estradas, diminuindo os volumes de transportes na exportação da castanha de caju. Isto envolveria um maior valor acrescentado, estimulando assim o crescimento e apoiando o balanço de pagamentos.

**12. O desenvolvimento do sector do caju irá necessitar que vários desafios sejam ultrapassados, nomeadamente no financiamento, ambiente de negócios e infraestrutura.** O sector bancário prefere atualmente financiar as exportações de castanha de caju em bruto em vez da transformada. Encara também o crédito ao sector privado, em geral, como arriscado, dado que a obtenção de informações sobre solvabilidade é muito difícil e a execução de contratos é relativamente fraca (ver a Secção 2). Uma execução de contratos mais forte, por exemplo, através da oportunidade de recuperação rápida de garantias, poderia ajudar muito a estimular a concessão de crédito e a reduzir os custos de empréstimos. Os riscos para a estabilidade política e o ambiente de

<sup>2</sup> Esta secção beneficiou grandemente da análise do Banco Mundial (2014).

negócios complexo criam obstáculos ao investimento estrangeiro, tornando a reforma do sector da segurança não apenas essencial de uma perspetiva global da estabilidade, mas também para o financiamento da atividade económica. A capacidade empresarial tem de ser reforçada no médio a longo prazo com vista à implementação de melhores práticas na transformação do caju (e.g. importação de castanha de caju para utilizar as instalações de transformação de caju também fora da temporada). Serão necessários grandes investimentos em estradas para facilitar o transporte, uma vez que o acesso viário é, atualmente, difícil durante a estação das chuvas. Uma orientação particular no sentido de atrair investimento estrangeiro para instalações de transformação de dimensão média e de criar instalações de transformação ao nível das comunidades ajudaria a tornar os resultados dessas atividades mais inclusivos em termos de crescimento.

## D. Conclusões

**13. As políticas de curto e médio prazo para diversificar a economia da Guiné-Bissau ajudariam o país a romper com um historial de crescimento fraco e volátil.** Com as exportações e o crédito dos bancos comerciais dominados pelo sector da castanha de caju, a Guiné-Bissau está altamente exposta a choques exógenos, tais como flutuações nos preços internacionais do caju. No curto prazo, para reduzir a exposição da economia a choques, as políticas devem centrar-se em explorar “avanços rápidos” no sentido da diversificação económica, tais como a reforma ou a extinção do FUNPI. Para diversificar ainda mais a economia no médio a longo prazo, as políticas devem centrar-se no alívio das principais restrições em áreas-chave, como infraestrutura, educação e ambiente de negócios. Tendo em conta a importância do sector primário na Guiné-Bissau e a biodiversidade do país, as políticas económicas devem também orientar-se para atividades específicas, como o cultivo de arroz e a mineração, conforme previsto no plano estratégico do Governo.

## Referências

- Banco Mundial (2014): "Terra Ranca! A Fresh Start"; Country Economic Memorandum. Washington, DC.
- Dabla-Norris, E., G. Ho, K. Kochhar, A. Kyobe e R. Tchaidze (2013): "Anchoring Growth: The Importance of Productivity-Enhancing Reforms in Emerging Market and Developing Economies", IMF SDN/13/08.
- Drummond, P., V. Thakoor e S. Yu (2014): "Africa Rising: Harnessing the Demographic Dividend", IMF WP/14/143.
- FMI (2014a): Sustaining Long-Run Growth and Macroeconomic Stability in Low-Income Countries—The Role of Structural Transformation and Diversification—Background Notes.
- FMI (2014b): West African Economic and Monetary Union; Staff Report on Common Policies for Member Countries.
- FMI (2014c): Guinea-Bissau. Request for Disbursement under the Rapid Credit Facility. IMF Country Report No. 14/318.
- FMI (2015a): West African Economic and Monetary Union; Staff Report on Common Policies for Member Countries.
- FMI (2015b): West African Economic and Monetary Union; Selected Issues Paper. IMF Country Report No. 15/101.
- Guengant, J. P. e May, J. F. (2013): "African Demography: Global Journal of Emerging Market", Economies 5 (3); 215-267.
- Henn, C., C. Papageorgiou e N. Spatafora (2013): "Export Quality in Developing Countries", IMF WP/13/108.
- Louise F., C. Haines, J. Huerta Munoz e A. H. Thomas, (2013); "Africa's Got Work to Do: Employment Prospects in the New Century", IMF WP/13/201.